

2026

Relatório de Resultados

3º trimestre

RNEW4.SA RNEW3.SA

(11) 3509-1100 @renovaenergiaoficial www.renovaenergia.com.br

Renova Energia S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acompanhadas do relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2026

Renova Energia S.A.

Índice

	Página
Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas	2
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	14

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Renova Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da **Renova Energia S.A.** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Encerramento da Recuperação Judicial e Pagamento de credores

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2 - Encerramento da recuperação judicial, em 15 de agosto de 2025, foi publicada a certidão de trânsito em julgado da Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas ("Grupo Renova Energia"), processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100, com arquivamento do referido processo em 19 de maio de 2026. O encerramento da Recuperação Judicial permite à Companhia operar com maior estabilidade, superar os desafios financeiros e seguir com o pagamento do saldo do passivo concursal. Ainda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1.1 – Pagamento de credores, em 15 de agosto de 2026, ocorreu o vencimento da parcela semestral prevista no Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") no montante de R$ 65,5 milhões, compreendendo amortização de principal e juros compensatórios. Por ter recaído em dia não útil, a liquidação ocorreu em 17 de agosto de 2026, primeiro dia útil subsequente. Previamente ao vencimento, a Companhia e sua controlada Diamantina Eólica Participações S.A. solicitaram aos credores com garantia real tratamento diferenciado para a parcela. A solicitação decorreu da frustração de receitas observadas no período, sobretudo em razão das restrições de geração (curtailment) e teve por objetivo preservar a liquidez operacional. Ambos os credores aceitaram a solicitação, e a parcela foi assim liquidada: (i) Pagamento em caixa de R$ 17,7 milhões para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal, incluindo a totalidade das parcelas de amortização de principal devidas no período; (ii) Pagamento em caixa de R$ 8,4 milhões para Classe III Quirografários, incluindo a totalidade das parcelas de amortização de principal devidas no período; (iii) Capitalização de juros de R$ 25,4 milhões, incorporados ao saldo devedor do principal mediante anuência do credor LCM Ragnarok FIP, cessionário dos créditos anteriormente detidos pelo Itaú Unibanco S.A., Banco Citibank S.A. e Banco ABC Brasil S.A., sem desembolso de caixa; e (iv) Diferimento de juros de R$ 14 milhões devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, mediante anuência prévia do credor. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de novembro de 2026.

Cassiano Goncalves Alvarez
Contador CRC 1SP-219153/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

Balanços Patrimoniais em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro 2025

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
ATIVO	**explicativa**	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.703	141	34.030	35.730
Aplicações financeiras (restrito)	6	12.408	11.352	33.354	36.644
Contas a receber de clientes	7	-	-	52.827	68.488
Tributos a recuperar	8	1.004	712	27.076	17.115
Partes relacionadas	23	28.760	8.905	-	-
Adiantamentos a fornecedores		1.090	570	1.118	337
Despesas antecipadas		240	203	24.048	5.938
Compromissos futuros	24	-	-	57.501	89.629
Outros créditos		732	1.027	4.949	21.326
Total dos ativos circulantes		**45.937**	**22.910**	**234.903**	**275.207**
Ativos classificados como mantidos para venda	1.1.2	-	-	16.000	16.000
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais		1.358	854	1.624	2.898
Tributos diferidos		-	-	23.316	18.487
Partes relacionadas	23	42.244	68.248	-	-
Compromissos futuros	24	-	-	152.529	169.991
Investimentos	9	1.150.698	1.219.703	-	-
Imobilizado	10	200.774	193.718	2.560.750	2.542.000
Total dos ativos não circulantes		**1.395.074**	**1.482.523**	**2.738.219**	**2.733.376**
TOTAL DOS ATIVOS		**1.441.011**	**1.505.433**	**2.989.122**	**3.024.583**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Balanços Patrimoniais em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro 2025

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**explicativa**	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	40.963	16.472	90.356	107.733
Empréstimos e financiamentos	13	3.150	2.055	55.216	44.249
Tributos a recolher	14	1.364	1.904	11.779	6.713
Salários, encargos e férias a pagar		7.053	8.921	9.018	10.661
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	82.634	71.913
Arrendamentos a pagar	11	2.318	872	20.261	10.177
Compromissos futuros	24	-	-	30.897	53.205
Adiantamentos de clientes	10.12	100	98	56.116	15.683
Outras contas a pagar	16	4.145	4.145	7.838	8.227
Total dos passivos circulantes		**59.093**	**34.467**	**364.115**	**328.561**
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	12	53.141	56.700	111.898	114.774
Empréstimos e financiamentos	13	32.049	31.935	690.232	693.193
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		-	-	38.628	39.883
Tributos a recolher	14	-	-	4.636	-
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	300.124	239.699
Arrendamentos a pagar	11	11.098	10.611	73.468	57.698
Partes relacionadas	23	43.149	39.859	-	-
Provisão para processos judiciais	17	15.009	41.209	15.264	87.042
Provisão para desmantelamento	10.11	-	-	29.120	27.932
Compromissos futuros	24	-	-	65.522	89.113
Adiantamentos de clientes	10.12	-	-	16.109	-
Outras contas a pagar	16	109.863	100.445	162.397	156.481
Total dos passivos não circulantes		**264.309**	**280.759**	**1.507.398**	**1.505.815**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18				
Capital social		4.706.881	4.706.879	4.706.881	4.706.879
Recursos para futuro aumento de capital		-	2	-	2
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital		1	1	1	1
Prejuízos acumulados		(3.547.516)	(3.474.918)	(3.547.516)	(3.474.918)
Total do patrimônio líquido		**1.117.609**	**1.190.207**	**1.117.609**	**1.190.207**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.441.011**	**1.505.433**	**2.989.122**	**3.024.583**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Demonstrações do Resultado para os períodos de 3 e 9 meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 - Controladora

Em milhares de reais

		Controladora			
	Nota explicativa	01/07/2026 à 30/09/2026	01/01/2026 à 30/09/2026	01/07/2025 à 30/09/2025	01/01/2025 à 30/09/2025
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		23.709	18.707	(3.228)	73.308
Depreciações e amortizações	10	(942)	(2.586)	(820)	(2.599)
Outras receitas líquidas		38	29	21.117	20.815
Total	20	22.805	16.150	17.069	91.524
Resultado de equivalência patrimonial	9.3	(49.681)	(72.053)	(52.833)	(161.391)
Ganho na alienação de ativos		-	-	-	658
Total		(49.681)	(72.053)	(52.833)	(160.733)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(26.876)	(55.903)	(35.764)	(69.209)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		390	1.048	746	1.276
Despesas financeiras		(6.186)	(17.743)	(9.565)	(34.410)
Total	21	(5.796)	(16.695)	(8.819)	(33.134)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(32.672)	(72.598)	(44.583)	(102.343)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		**(32.672)**	**(72.598)**	**(44.583)**	**(102.343)**
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R$)	25	(0,09)	(0,19)	(0,12)	(0,27)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Demonstrações do Resultado para os períodos de 3 e 9 meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 - Consolidado

Em milhares de reais

		Consolidado			
	Nota explicativa	01/07/2026 à 30/09/2026	01/01/2026 à 30/09/2026	01/07/2025 à 30/09/2025	01/01/2025 à 30/09/2025
RECEITA LÍQUIDA	19	119.505	360.837	143.880	377.900
Custos dos serviços de energia elétrica					
Custo com compra de energia		(35.468)	(152.795)	(87.642)	(243.658)
Custo de operação		(22.488)	(58.180)	(18.624)	(52.698)
Depreciações e amortizações	10	(38.739)	(108.983)	(25.084)	(74.892)
Encargos setoriais		(8.120)	(23.167)	(6.268)	(17.789)
Total	20	(104.815)	(343.125)	(137.618)	(389.037)
Compromissos futuros marcação a mercado	24	4.902	(3.691)	(6.516)	(19.266)
RESULTADO BRUTO		19.592	14.021	(254)	(30.403)
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(19.805)	(5.096)	(17.564)	28.456
Depreciações e amortizações	10	(1.008)	(2.820)	(929)	(2.919)
Outras receitas líquidas		6.673	30.432	21.078	20.998
Total	20	(14.140)	22.516	2.585	46.535
Ganho na alienação de ativos		-	-	-	658
Total		-	-	-	658
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		5.452	36.537	2.331	16.790
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		2.807	15.045	2.983	9.468
Despesas financeiras		(36.559)	(116.220)	(50.087)	(129.999)
Total	21	(33.752)	(101.175)	(47.104)	(120.531)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(28.300)	(64.638)	(44.773)	(103.741)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(3.662)	(11.425)	(2.833)	(6.966)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		(710)	3.465	3.023	8.364
Total	22	(4.372)	(7.960)	190	1.398
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		**(32.672)**	**(72.598)**	**(44.583)**	**(102.343)**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os períodos de 3 e 9 meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2026 à 30/09/2026	01/01/2026 à 30/09/2026	01/07/2025 à 30/09/2025	01/01/2025 à 30/09/2025	01/07/2026 à 30/09/2026	01/01/2026 à 30/09/2026	01/07/2025 à 30/09/2025	01/01/2025 à 30/09/2025
Prejuízo líquido do período	(32.672)	(72.598)	(44.583)	(102.343)	(32.672)	(72.598)	(44.583)	(102.343)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	**(32.672)**	**(72.598)**	**(44.583)**	**(102.343)**	**(32.672)**	**(72.598)**	**(44.583)**	**(102.343)**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o período findo em 30 de setembro de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital Social		Recursos para futuro aumento de capital	Reservas de Capital Ágio	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		**4.170.394**	**(41.757)**	**-**	**1**	**(3.312.687)**	**815.951**
Aumento de capital social - com emissão de ações	18.b	536.258	-	229	-	-	536.487
Integralização dos recursos para futuro aumento de capital	18.b	227	-	(227)	-	-	-
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(102.343)	(102.343)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025		**4.706.879**	**(41.757)**	**2**	**1**	**(3.415.030)**	**1.250.095**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		**4.706.879**	**(41.757)**	**2**	**1**	**(3.474.918)**	**1.190.207**
Integralização dos recursos para futuro aumento de capital	18.b	2	-	(2)	-	-	-
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	(72.598)	(72.598)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2026	18	**4.706.881**	**(41.757)**	**-**	**1**	**(3.547.516)**	**1.117.609**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo líquido do período		(72.598)	(102.343)	(72.598)	(102.343)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	2.586	2.599	115.431	81.914
Compromissos futuros marcação a mercado	24	-	-	3.691	19.266
Valor residual do ativo imobilizado baixado	10	3.248	1.326	10.050	2.440
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	3.498	3.664	71.134	89.396
Apropriação dos custos sobre empréstimos	13	50	53	1.754	1.837
Atualização e provisão CCEE	15	-	-	71.747	57.339
Atualização para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17	(26.200)	(82.314)	(71.778)	(67.981)
Realização de receita diferida	10.12	-	-	19.845	-
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	21	(1.158)	(1.349)	(5.881)	(9.524)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23	270	(22)	-	-
Juros sobre contas a pagar	21	709	20.316	5.336	9.126
Juros sobre partes relacionadas	23	162	-	-	-
Juros sobre DIP	21	12.157	-	12.157	-
Juros sobre passivo de arrendamento	11	975	1.268	9.342	2.612
Atualização da provisão para desmantelamento	10.11	-	-	1.187	1.188
Variação cambial	21	-	-	(1.525)	-
Atualização de depósitos judiciais		64	-	190	-
Tributos diferidos ativos		-	-	(4.829)	(3.973)
Tributos diferidos passivos		-	-	(1.255)	(6.551)
Resultado de equivalência patrimonial	9	72.053	161.391	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	15.661	(26.037)
Depósitos judiciais		(568)	(849)	1.084	(956)
Tributos a recuperar		(292)	179	(9.961)	(19.005)
Despesas antecipadas		(37)	(205)	(8.568)	(1.614)
Adiantamentos a fornecedores		(520)	(81)	(781)	2.121
Outros créditos		295	(1.248)	16.134	(3.000)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		6	44.033	(18.246)	8.211
Adiantamento de clientes		2	25	36.697	4.389
Tributos a recolher		(540)	(1.131)	21.378	18.390
Salários e férias a pagar		(6.252)	(4.067)	(6.027)	(4.419)
Contas a pagar CCEE	15/1.2	-	-	(2.050)	(1.365)
Outras contas a pagar		(2.886)	9.462	(6.631)	8.679
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	-	(11.676)	(5.904)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	1.2	(2.008)	(3.637)	(57.156)	(81.474)
Pagamentos de juros quirografários	1.2	-	-	(15.432)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(16.984)	47.070	118.424	(27.238)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas	9	(542)	(56.028)	-	-
Recursos para futuro aumento de capital	9	(2.506)	(7.135)	-	-
Caixa líquido das controladas incorporadas	1.1.3	-	110	-	-
Recebimento na alienação de ativos		-	658	-	658
Aplicações financeiras		102	(10.333)	9.171	(21.186)
Aquisição de imobilizado	10	(4.274)	(11.968)	(98.548)	(64.192)
Dividendos recebidos	9	-	12.613	-	-
Partes relacionadas	23	20.994	3.317	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		13.774	(68.766)	(89.377)	(84.720)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 - continuação

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Partes Relacionadas - ações resgatáveis		5.374	4.597	-	-
Recursos para futuro aumento de capital		-	2	-	2
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures	1.2	(333)	(1.043)	(7.483)	(343)
Pagamento de passivos de arrendamento		(3.289)	(3.858)	(23.264)	(6.204)
Partes relacionadas	23	3.020	5.867	-	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		4.772	5.565	(30.747)	(6.545)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**1.562**	**(16.131)**	**(1.700)**	**(118.503)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	141	16.211	35.730	144.216
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6	1.703	80	34.030	25.713
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**1.562**	**(16.131)**	**(1.700)**	**(118.503)**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Demonstração do Valor Adicionado para os períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
RECEITAS					
Vendas de energia	19	-	-	411.537	432.099
Compromissos futuros marcação a mercado		-	-	(3.691)	(19.265)
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	1.1	-	658	-	658
Outras receitas		4.447	28.110	43.026	30.970
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços de energia elétrica		(1)	(9)	(278.282)	(362.600)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		24.317	79.629	19.142	58.911
Valor adicionado bruto		28.763	108.388	191.732	140.773
Depreciação	10	(2.586)	(2.599)	(111.803)	(77.811)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		26.177	105.789	79.929	62.962
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(72.053)	(161.391)	-	-
Receitas financeiras		1.105	1.356	16.237	9.700
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(44.771)	(54.246)	96.166	72.662
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		5.136	4.982	13.820	13.857
Honorários da administração		2.315	3.808	6.231	10.594
Benefícios		673	867	5.374	5.132
FGTS		395	426	1.414	1.277
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		1.629	4.248	21.438	13.931
Estaduais		-	1	4.406	992
Municipais		-	-	19	-
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		17.590	34.258	114.576	127.368
Aluguéis		89	(664)	641	264
Outros		-	171	845	1.590
Remuneração de Capitais Próprios:					
Prejuízo líquido do período		(72.598)	(102.343)	(72.598)	(102.343)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		**(44.771)**	**(54.246)**	**96.166**	**72.662**

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Base de Preparação

1. Contexto Operacional

A Renova Energia S.A. (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Avenida das Nações Unidas, 10.989, 8º andar conjunto 82, Brooklin Paulista, São Paulo/SP, CEP 04578-900, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis – eólica e solar, e na comercialização de energia e atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, a operação de centrais de processamento de dados, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polissilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Relação de entidades controladas

Veja política contábil na nota explicativa 2.1.4.

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Controladas	Participação 2026	Participação 2025	Classificação	Descrição
Renova PCH Ltda. (“Renova PCH”)	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) (i)	99,99	99,99	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	99,99	99,99		
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) (i)	-	-	Controlada indireta	
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	-	-	Controlada indireta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Renova Comercializadora de Energia S.A.	100	100	Controlada direta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Centrais Eólicas Abil S.A (i)	-	-	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social principal projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 (“LER 2013”).
Centrais Eólicas Acácia S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Angico S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Tabua S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. (i)	-	-		

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Controladas	Participação 2026	Participação 2025	Classificação	Descrição
Centrais Eólicas São Salvador S.A. (i)	-	-	Controlada indireta	Têm por objeto social principal projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção comercializada no mercado livre.
Centrais Eólicas Cedro S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Vellozia S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Angelim S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Facheio S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Sabiu S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Jataí S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Amescla S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Manineiro S.A. (i)	-	-		
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. (i)	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 ("LER 2014").
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. (i)	-	-	Controlada indireta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 ("LER 2014").

Controladas	Participação 2026	Participação 2025	Classificação	Descrição
SF 120 Participações Societárias S.A.	99,99	99,99	Controlada direta	Têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Renovapar S.A.	100	100		
Solar Caetite Energia Renovável LTDA. (ii)	99,00	99,00	Controlada indireta	O objeto social da Sociedade é desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fonte renovável, bem como o aluguel de máquinas, equipamentos, imóveis, comercializar a energia elétrica e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica e solar, comercializar energia elétrica, bem como comercializar quaisquer outros direitos advindos de benefícios ambientais resultantes dessa atividade, e ainda, desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica.
Taperoá Centrais Eólicas Ltda	99,99	99,99	Controlada direta	Têm por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica, bem como comercializar a energia elétrica, e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
Ventos de São Bartolomeu Energia Renováveis Ltda.	99,99	99,99		
Renova Digital Ltda.	99,99	-	Controlada direta	Têm por objeto social a prestação de serviços de processamento de dados, bem como a realização de quaisquer outras atividades vinculadas ou indiretamente ao seu objeto social.
UFV Maracujá Ltda. (iii)	99,99	99,99	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fonte renovável, bem como o aluguel de máquinas, equipamentos e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
UFV Gregal Ltda. (iii)	99,99	99,99		
UFV Lagoa Ltda. (iii)	99,99	99,99		
UFV Tambora Ltda. (iii)	99,99	99,99		
UFV Vatra Ltda. (iii)	99,99	99,99		
UFV Cachoeira Ltda. (iii)	99,99	99,99		
UFV Fotiá Ltda. (iii)	99,99	99,99		
UFV Morrinhos Ltda. (iii)	99,99	99,99		
UFV Iracema Ltda. (iii)	99,99	99,99		
UFV Azufre Ltda. (iii)	99,99	99,99		
UFV Junco Ltda. (iii)	99,99	99,99		
UFV Caraubas Ltda. (iii)	99,99	99,99		
UFV Quixabas Ltda. (iii)	99,99	99,99		

(i) empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.
(ii) Nota 1.1.2
(iii) A diretoria aprovou a extinção dessas empresas conforme disposto na Nota 1.1.5

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

1.1. Principais eventos ocorridos nos exercícios e períodos findos em 31.12.2025 e 30.09.2026

1.1.1. Pagamento de credores

Em 14 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R$11,7 milhões, referente à parcela semestral correspondente a principal mais juros acumulados no período de 14 de agosto de 2024 a 14 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.4.1.2.2.2. do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

Em 17 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R$32,8 milhões, referente à parcela semestral correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) dos juros acumulados no período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.3.1.1.3.2 do 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

Em 13 de fevereiro de 2026, foi realizado o pagamento de R$ 8,9 milhões, referente à parcela semestral correspondente a juros acumulados no período de 15 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026, conforme 5º aditivo do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

Em 16 de fevereiro de 2026, foi realizado o pagamento de R$ 26 milhões, referente à parcela semestral correspondente a juros acumulados no período de 18 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026, conforme 7º aditamento do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

Em maio de 2026, foi realizado o pagamento de R$ 9,1 milhões, correspondente a juros remanescentes acumulados no período de 18 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026, para Classe II (Garantia Real).

Em junho de 2026, foi realizado o pagamento de R$ 6,9 milhões, correspondente a juros remanescentes e acumulados no período de 18 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026. Neste mesmo período, houve a capitalização de juros ao principal no montante de R$ 3,8 milhões, para Classe II (Garantia Real).

Em 15 de julho de 2026, foi realizado o pagamento de R$ 4,6 milhões, correspondente a juros remanescentes e acumulados no período de 18 de agosto de 2025 a 15 de fevereiro de 2026. Neste mesmo período, houve a capitalização de juros ao principal no montante de R$ 2,4 milhões, para Classe II (Garantia Real).

Em 15 de agosto de 2026 ocorreu o vencimento da parcela semestral prevista no Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) no montante de R$ 65,5 milhões, compreendendo amortização de principal e juros compensatórios. Por ter recaído em dia não útil, a liquidação ocorreu em 17 de agosto de 2026, primeiro dia útil subsequente.

Em comum acordo com os credores com garantia real, a parcela foi liquidada da seguinte forma:

(i) Pagamento em caixa de R$ 17,7 milhões para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal, incluindo a totalidade das parcelas de amortização de principal devidas no período;

(ii) Pagamento em caixa de R$ 8,4 milhões para Classe III Quirografários, incluindo a totalidade das parcelas de amortização de principal devidas no período;

(iii) Capitalização de juros de R$ 25,4 milhões, incorporados ao saldo devedor do principal do credor LCM Ragnarok FIP, cessionário dos créditos anteriormente detidos pelo Itaú Unibanco S.A., Banco Citibank S.A. e Banco ABC Brasil S.A., sem desembolso de caixa; e

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

(iv) Diferimento de juros de R$ 14 milhões devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

1.1.2. Ativos mantidos para venda

Em 05 de novembro de 2025, a administração aprovou Termo de Compromisso para a venda do ativo Projeto UFV – GD Caetité Va, anteriormente classificado no imobilizado da Companhia. A medida está alinhada à estratégia da Companhia de continuidade operacional.

O ativo foi disponibilizado para venda em suas condições, encontrando-se em curso processo ativo de negociação com potenciais interessados para sua alienação. A Administração espera concluir a venda no prazo máximo de 12 meses, conforme exigido pelo CPC 31 / IFRS 5.

Na data da classificação, o ativo possuía valor contábil líquido de R$ 28.567 e, com base em avaliação de mercado, seu valor de venda estimado foi determinado em R$ 16.000. Em conformidade com o item 15 do CPC 31 / IFRS 5, o ativo foi mensurado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda e, como esse valor estimado é inferior ao valor contábil, foi reconhecida perda de R$ 12.567, registrada em "Ganho (perda) na alienação de ativos" no resultado do exercício de 2025.

1.1.3. Incorporação de empresas do grupo

Em 28 de abril de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Ordinária, a incorporação de 20 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) do Complexo Alto Sertão III – Fase B pela Companhia com data base de 30 de abril de 2025. A operação, fundamentada em laudos de avaliação independentes, visa à simplificação da estrutura societária e à consolidação dos ativos operacionais.

A seguir são apresentados os valores justos dos ativos e passivos incorporados obtidos a partir do supracitado laudo com data base de 30 de abril de 2025:

ATIVOS	30/04/2025	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/04/2025
CIRCULANTES		**CIRCULANTES**	
Caixa e equivalentes de caixa	110	Fornecedores	3.567
Tributos a recuperar	46	Total dos passivos circulantes	3.567
Despesas antecipadas	273		
Total dos ativos circulantes	429	**NÃO CIRCULANTES**	
		Fornecedores	22.946
		Total dos passivos não circulantes	22.946
NÃO CIRCULANTES			
Debêntures privadas	52.593	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	
Imobilizado	50.755	Capital social	341.469
Total dos ativos não circulantes	103.348	Recursos para futuro aumento de capital	1.373
		Prejuízos acumulados	(265.578)
		Total do patrimônio líquido	77.264
TOTAL DOS ATIVOS	**103.777**	**TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**103.777**

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

1.1.4. Evolução do projeto de Serviço de Exportação de Processamento de Dados

A Companhia concluiu a implantação da operação de serviços de exportação de processamento de dados, realizada por meio do Data Center localizado no Complexo Eólico Alto Sertão III, na Bahia. A operação entrou em funcionamento em dezembro de 2025 e em 30 de setembro de 2026 encontrava-se com a totalidade dos 90 MW de consumo em operação, após a conclusão da mobilização e do posicionamento de todos os módulos previstos.

A iniciativa contempla a disponibilização de infraestrutura digital completa para processamento de dados, conectando a carga diretamente à subestação do complexo.

Adicionalmente, a operação representa uma nova fase na diversificação das fontes de receita da Companhia, conforme divulgado ao mercado. A conclusão da implantação reforça o compromisso da Companhia com soluções inovadoras e com a otimização de sua matriz operacional.

1.1.5. Extinção de CNPJs vinculados a projetos de UFV

No trimestre findo em 30 de setembro de 2026, a Diretoria deliberou em reunião pela extinção de 13 (treze) sociedades, identificadas por seus respectivos CNPJs (nota 1), que eram vinculadas a projetos de usinas fotovoltaicas (UFV). Os projetos correspondentes não serão descontinuados e serão integrados aos demais projetos da Companhia, cuja avaliação será conduzida de forma conjunta pela Administração.

Em 30 de setembro de 2026, os saldos do ativo dessas sociedades totalizam R$ 6 mil, valor que será baixado diretamente no resultado do período de sua realização, na rubrica “outras despesas operacionais”. O processo de baixa das sociedades encontra-se em andamento.

1.1.6. Utilização de prejuízo fiscal na quitação de auto de infração de IRRF

Em 7 de julho de 2026, por meio do Despacho nº 14.475/2026/EQPAR/DERAT-SP/SRRF08/RFB, a Equipe Regional de Parcelamento da 8ª Região Fiscal reconsiderou a decisão anteriormente proferida no Despacho nº 1.208/EQPAR/DERAT-SP/SRRF08/RFB, de 16 de janeiro de 2026, e deferiu o pedido de pagamento integral à vista do valor principal do auto de infração de IRRF, no montante de R$ 26.184, mediante utilização de créditos próprios de prejuízo fiscal, nos termos do art. 12, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 2.205/2024. A quitação refere-se exclusivamente ao valor principal, uma vez que a multa de ofício de 25% foi desmembrada do processo e permanece em discussão no Mandado de Segurança nº 5000098-97.2026.4.03.6100, em trâmite perante a 21ª Vara Federal de São Paulo.

Em decorrência desse evento, a Companhia reverteu, no terceiro trimestre de 2026, a provisão constituída para o débito principal do referido auto de infração, com efeito refletido nestas informações trimestrais (nota 17).

1.2. Encerramento da Recuperação Judicial

Em 15 de agosto de 2025, foi publicada a certidão de trânsito em julgado da Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas (“Grupo Renova Energia”), processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100, com arquivamento do referido processo em 19 de maio de 2026.

O encerramento da Recuperação Judicial permite à Companhia operar com maior estabilidade, superar os desafios financeiros e seguir com o pagamento do saldo do passivo concursal.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (http://ri.renovaenergia.com.br).

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes nas quais as classes I e IV já foram integralmente liquidadas. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 30 de setembro de 2026:

Classes	Saldo em 31/12/2025	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 30/09/2026
Classe II - credores com garantia real	723.371	(62.298)	67.636	728.709
Classe III - credores quirografários	218.072	(17.482)	7.155	207.745
Extraconcursal	34.691	(2.341)	3.498	35.848
Total	976.134	(82.121)	78.289	972.302

Classes	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2025
Classe II - credores com garantia real	1.129.487	(79.104)	(438.953)	111.941	723.371
Classe III - credores quirografários	324.890	(17.139)	(97.563)	7.884	218.072
Extraconcursal	33.342	(3.169)	-	4.518	34.691
Total	1.487.719	(99.412)	(536.516)	124.343	976.134

Em 30 de setembro de 2026 as classes estão apresentadas nas notas explicativas conforme quadro abaixo:

	Notas	Saldo em 30/09/2026	Saldo em 31/12/2025
Fornecedores	12	120.381	124.692
Empréstimos e financiamentos	13	768.202	761.950
Contas a pagar - CCEE	15	27.186	29.068
Outras contas a pagar	16	56.533	60.424
Total		972.302	976.134

Classe II – credores com garantia real:

A Companhia, celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial da própria empresa e das sociedades que compõem o Alto Sertão III (conjuntamente, os "Planos"), com aprovação unânime dos credores com garantia real (vide nota 10.10). Esses aditamentos visam o reperfilamento da dívida e foram submetidos à homologação na 2ª Vara de Falências de São Paulo em 14 de outubro de 2024. Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao Plano de Recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005.

Com a homologação do 7º aditivo ao Plano de Recuperação, o fluxo de pagamento foi reestruturado para os créditos dos credores com garantia real – classe II, nos seguintes termos:

- Os créditos de Garantia Real serão remunerados a 100% do CDI a partir da data do pedido.
- Durante os 24 meses após a homologação do 7º Aditamento, a Renova poderá optar por uma nova fórmula de remuneração, composta por:
    - IPCA acumulado (*pro rata temporis*);
    - NTN-B 2035 (acima do IPCA);
    - Spread prefixado de 0,5% ao ano;
    - Taxa Piso IPCA + 5% ao ano;
    - A partir de 15 agosto de 2026, término da carência da amortização do principal.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

O novo fluxo de amortização seguirá conforme o quadro abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2026	-	1,00%
2027	1,00%	1,50%
2028	1,50%	2,00%
2029	2,50%	2,50%
2030	2,50%	2,50%
2031	2,50%	2,50%
2032	2,50%	4,00%
2033	4,00%	4,00%
2034	4,00%	4,00%
2035	4,00%	51,50%

Classe III – credores quirografários:

a) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da taxa referencial, a partir da data do pedido de recuperação judicial.

b) Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R$100 mil a serem distribuídos de forma *pro rata* entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.

c) O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2023	2,50%	2,50%
2024	2,50%	2,50%
2025	2,50%	2,50%
2026	2,50%	2,50%
2027	2,50%	2,50%
2028	2,50%	2,50%
2029	2,50%	5,00%
2030	5,00%	5,00%
2031	5,00%	5,00%
2032	5,00%	5,00%
2033	5,00%	5,00%
2034	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

a) O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da taxa referencial, a partir da data do pedido de recuperação judicial.

b) Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.

c) O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Os credores classificados como seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

Principais fatos da recuperação judicial:

Capitalização de Créditos – Aumento de Capital

Em outubro de 2024, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital mediante emissão de no mínimo 485.185.185 e no máximo 500.000.000 ações ordinárias, ao preço de emissão de R$1,08/ação, fixado com base no VWAP de 30 pregões (12 de setembro a 23 de outubro de 2024) com deságio de 0,9%, totalizando entre R$524 milhões ("Subscrição Mínima") e R$540 milhões ("Subscrição Máxima"). A operação consistiu na capitalização de créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações, fundo integrante do conglomerado econômico do grupo controlador da Companhia, sendo condicionada à confirmação da titularidade dos referidos créditos pelo Credor.

A capitalização resultou em redução do endividamento de aproximadamente 35% (base setembro de 2024), sem qualquer comprometimento de caixa, fortalecendo a estrutura de capital da Companhia no contexto da Recuperação Judicial. Os créditos capitalizados correspondem às classes II e III detalhadas nas notas explicativas 12 e 13, respectivamente. Foi assegurado direito de preferência aos acionistas nos termos do art. 171, §2º, da Lei das Sociedades por Ações, com possibilidade de homologação parcial do aumento desde que respeitada a Subscrição Mínima. O preço de emissão foi fixado com base no art. 170, §1º, III, da Lei das S.A., sem diluição injustificada aos acionistas.

Homologação e Desdobramentos do Aumento de Capital

Em 5 de março de 2025, o VC Energia II FIP confirmou a titularidade da totalidade dos créditos a serem capitalizados, sendo celebrados em 6 de março de 2025 o "Termo de Compromisso de *Lock-Up*" e o "Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital" entre a Companhia e o Credor. Em 28 de abril de 2025, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital no valor atualizado de R$534 milhões, representado por 494.883.865 novas ações ordinárias ao preço unitário de R$1,08/ação. Do total homologado, 494.674.659 ações foram subscritas pelo Credor e 209.206 ações foram subscritas por acionistas mediante exercício do Direito de Preferência, em moeda corrente, pelo valor de R$226 mil. Com a homologação, o Credor passou a integrar o bloco de controle da Companhia, conforme termo de adesão celebrado em 19 de fevereiro de 2025.

Em 15 de maio de 2025, a Companhia tomou conhecimento de decisão judicial da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais que reconheceu a nulidade da operação de capitalização de créditos. Contudo, em 26 de maio de 2025, nova decisão em sede de embargos de declaração opostos pela Companhia revogou a declaração de nulidade, determinando, contudo, que a Companhia estendesse aos demais credores concursais a possibilidade de capitalizar seus créditos em condições isonômicas às do Aumento de Capital homologado, com período de manifestação de interesse encerrado em 19 de junho de 2025.

Os credores interessados poderiam celebrar Compromisso de Subscrição de ações ordinárias ao preço unitário de R$2,16/ação (após grupamento, conforme nota 18(b)), integralizadas mediante capitalização da totalidade de seus créditos atualizados, assumindo ainda: (i) Compromisso de Lock-Up de 12 meses sobre as ações recebidas; e (ii) Compromisso de Investimento, mediante adiantamento para futuro aumento de capital de eventual parcela em dinheiro decorrente do exercício do direito de preferência pelos acionistas. Os termos e condições aplicáveis seguem os mesmos parâmetros estabelecidos nos instrumentos celebrados pelo VC Energia II FIP no contexto do Aumento de Capital original.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Encerrado o Período de Manifestação em 19 de junho de 2025, o Conselho de Administração aprovou, em 31 de julho de 2025, novo aumento de capital social por subscrição privada, dentro do limite do capital autorizado, no valor de até R$ 2.185,0 mil, mediante emissão de até 1.011.563 ações ordinárias ao preço unitário de R$2,16/ação, admitida homologação parcial desde que atingido o valor mínimo de R$2.004 ("Novo Aumento de Capital").

Em 18 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a homologação do Novo Aumento de Capital no valor atualizado de R$2.010, representado por 930.690 novas ações ordinárias ao preço unitário de R$2,16/ação. Do total homologado, 929.898 ações foram subscritas pelos credores aderentes mediante capitalização de créditos, e 792 ações foram subscritas por acionistas no exercício do direito de preferência, com os respectivos valores direcionados ao credor TSK Energia e Desenvolvimento Ltda., nos termos do compromisso de adiantamento para futuro aumento de capital. Após a homologação, o capital social da Companhia passou a ser de R$4.706.879,3 mil.

Com a conclusão dessa etapa, a Companhia deu integral cumprimento à decisão judicial que determinou a extensão isonômica da capitalização de créditos aos demais credores concursais, encerrando o ciclo de capitalizações no âmbito da Recuperação Judicial. Adicionalmente, nos termos do 7º Aditamento ao Plano, em 15 de agosto de 2026 encerrou-se o período de carência da amortização do principal dos créditos da Classe II – credores com garantia real, com início do novo fluxo de amortização semestral a partir do segundo semestre de 2026, conforme cronograma apresentado nesta nota.

Em reunião de 30 de março de 2026, o Conselho de Administração aprovou o Aumento de Capital, de até R$ 100.000,00 (cem mil reais), dentro do limite de capital autorizado, nos termos do artigo 8º, do estatuto social da Companhia, e do artigo 168, da Lei das Sociedades por Ações, tendo por objetivo a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital efetuado pela TSK Energia e Desenvolvimento Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.º 10.701.723/0001-71 (“TSK Energia”), conforme “Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital”, celebrado entre a Companhia e a TSK Energia, em 04 de agosto de 2025, ratificado na reunião do Conselho de Administração da Companhia de 18 de setembro de 2025 (“AFAC TSK Energia”).

O aumento do capital social, por subscrição privada de novas ações ordinárias, terá o valor mínimo de R$ 1.710,72 e o valor máximo de R$ 100.000,00. As novas ações ordinárias serão emitidas ao preço de R$ 2,16 por ação.

Em 15 de julho de 2026, o Conselho de Administração aprovou a homologação do aumento de capital aprovado em 30 de março de 2026, no valor atualizado de R$ 1.788,48 (mil, setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos), representado por 828 (oitocentas e vinte e oito) novas ações ordinárias ao preço unitário de R$2,16/ação. Do total homologado, R$ 77,76 (setenta e sete reais e setenta e seis centavos), correspondente a 36 (trinta e seis) novas ações ordinárias, foi subscrita e integralizada, em moeda corrente nacional, pelos acionistas da Companhia em razão do exercício de direito de preferência. Após a homologação, o capital social da Companhia passou a ser de R$ 4.706.881.045,27.

1.3. Continuidade operacional

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresentou prejuízo consolidado de R$ 72.598 (prejuízo de R$ 102.343 em 30 de setembro de 2025) e prejuízos acumulados de R$ 3.547.516 (R$ 3.474.918 em 31 de dezembro de 2025). Nessa data, os passivos circulantes excediam os ativos circulantes em R$ 13.156 na controladora (R$ 11.557 em 31 de dezembro de 2025) e em R$ 129.212 (R$ 53.354 em 31 de dezembro de 2025) no consolidado. O resultado do período decorreu, principalmente, pelo resultado financeiro líquido negativo consolidado de R$ 101.175 (R$ 120.531 em 30 de setembro de 2025), substancialmente relacionado ao reconhecimento de juros incidentes sobre empréstimos e fornecedores.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Em 30 de setembro de 2026, a posição de capital circulante líquido negativo decorre, em grande parte, do registro temporário de R$ 82.634 (nota 15) no passivo circulante, relativos a ajustes regulatórios junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Tais valores não representam desembolso imediato, uma vez que sua exigibilidade se encontra suspensa nos termos do Despacho ANEEL nº 2.303/2019, de 08 de agosto de 2024, até a conclusão da apuração definitiva. Adicionalmente, parcela desses montantes poderá ser revista ou compensada, considerando mecanismos regulatórios de compensação por cortes de geração (*curtailment*), que asseguram à Companhia direito a reembolso parcial.

1.4. Mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares

Em 25 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.304/2025, que introduziu alterações relevantes no marco regulatório do setor elétrico, estabelecendo mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares. A elegibilidade a tais compensações está condicionada à adesão a termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, cuja minuta foi submetida à Consulta Pública nº 210/2025 pelo Ministério de Minas e Energia. Em 21 de julho de 2026, foi publicada a Portaria Normativa MME nº 140, que regulamenta os procedimentos para a celebração do referido termo de compromisso, disciplinando as etapas, os critérios e os prazos aplicáveis, bem como aprovando a respectiva minuta. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avalia os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação.

2. Políticas Contábeis

2.1. Políticas contábeis materiais

2.1.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As Informações Financeiras Trimestrais, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

2.1.2 Aprovação da Informação Financeira Trimestral individual e consolidada

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 12 de novembro de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.1.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia Renova Energia e suas controladas é como segue:

2.1.4 Bases de consolidação e investimentos em controladas

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas informações financeiras trimestrais consolidadas.

2.1.5 Investimentos

Nas informações financeiras individuais, os investimentos são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

2.1.6 Reconhecimento de receita

A receita operacional decorrente do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber e reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que é provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.1.7 Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

2.1.8 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

As controladas da Companhia estão enquadradas em dois regimes de tributação. As controladas diretas Itaparica, Ventos de São Bartolomeu e Taperoá, bem como as controladas indiretas Ventos de São Cristóvão, Imburana Macho, LER 13 e LER 14 que adotam o regime de tributação com base no lucro presumido. As demais empresas do grupo são optantes pelo regime de lucro real, listadas na nota explicativa 1.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos na informação financeira e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.1.9 Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas, quando necessário.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação dele, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

b) Depreciação

Os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada de cada componente, e reconhecidos no resultado do exercício. Os terrenos, por não estarem sujeitos a desgaste ou perda de utilidade ao longo do tempo, não são depreciados.

A depreciação tem início a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia e suas controladas estão em conformidade com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, e suas atualizações posteriores, incluindo a revisão promovida pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.020, de 17 de maio de 2022. A Administração entende que essas taxas refletem adequadamente a melhor estimativa da vida útil econômica dos ativos e, por essa razão, são utilizadas como parâmetro para o cálculo da depreciação dos itens do ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas.

c) Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual relacionada ao final da vida útil dos ativos. Essas provisões são registradas nas usinas de geração eólica, com o objetivo de fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original.

O valor da provisão é calculado com base no valor presente das respectivas responsabilidades futuras estimadas, sendo registrado em contrapartida a um aumento do respectivo ativo imobilizado. Esse valor é amortizado de forma linear período de vida útil estimada dos ativos aos quais está associado.

A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil o reconhecimento inicial dessa provisão a partir da entrada em operação comercial dos parques eólicos, com revisão periódica das premissas adotadas para sua mensuração.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

2.1.10 Arrendamentos

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento para uso de terrenos e equipamentos vinculados à operação dos parques eólicos e da usina fotovoltaica, bem como contratos de locação de imóveis destinados a escritórios administrativos.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por eventuais novas mensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamento de baixo valor

A Companhia pode contratar arrendamentos cujo valor individual do ativo subjacente seja considerado baixo, para esses arrendamentos, a Companhia adota a isenção de reconhecimento permitida pela norma, optando por não reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento. Os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa na demonstração do resultado, ao longo do período em que o ativo é utilizado.

2.1.11 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Caso as condições precedentes que originaram a perda por redução recuperável sejam superadas, a reversão é reconhecida no resultado do exercício.

2.1.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.1.13 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 6); e
- Aplicações financeiras (nota 6).

a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possuem e mantêm classificado nesta categoria são as contas a receber de clientes (nota 7).

b) Passivos financeiros

b.1) Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 12);
- Empréstimos e financiamentos (nota 13);
- Debêntures privadas (nota 13);
- Contas a pagar – CCEE (nota 15);
- Adiantamentos de clientes (10.12);
- Transações com partes relacionadas (nota 23); e
- Outras contas a pagar (nota 16).

2.1.14 Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações conforme CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.2 Novas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

Determinadas novas normas e alterações a normas contábeis emitidas pelo IASB e pelo CPC entrarão em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 e não foram adotadas na preparação destas informações financeiras intermediárias, uma vez que a adoção antecipada não é permitida pelo CPC e pela CVM. A Companhia está avaliando os possíveis impactos decorrentes da aplicação dessas normas, conforme descrito a seguir:

CPC 51 / IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

O CPC 51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 e se aplica a exercícios de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027*. O novo padrão introduz os seguintes novos requerimentos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

* Para fins de esclarecimentos, exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, consideram encerramentos anuais após o ano de 2026.

A Companhia está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitida *(Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures).* As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. No entanto, as empresas poderão adotá-lo antecipadamente, desde que haja autorização dos reguladores competentes e não identificou, até o momento, impactos relevantes decorrentes dessa alteração específica nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

IFRS 20 – Ativos e Passivos Regulatórios

Em 27 de maio de 2026, o IASB emitiu a IFRS 20 – Ativos e Passivos Regulatórios: Divulgação emitida (*Regulatory Assets and Regulatory Liabilities).* A nova norma é abrangente para entidades que operam sob regulação tarifária. A IFRS 20 substitui a IFRS 14 – Contas de Diferimento Regulatório.

Entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2029. No entanto, as empresas poderão adotá-la antecipadamente, desde que haja autorização dos reguladores competentes.

Informações financeiras relacionadas a sustentabilidade

Conforme publicação da Resolução CVM nº193, em 20 de outubro de 2023, a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão Internacional ISSB - IFRS S1 e S2.

A Resolução CVM nº 244 revoga essa obrigatoriedade, substituindo o modelo impositivo por um regime de voluntariedade qualificada, conferindo maior autonomia às Companhias para avaliar custos e benefícios da adoção do reporte de sustentabilidade.

Outras Normas Contábeis

O IASB emitiu, em dezembro de 2024, alterações aos pronunciamentos IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação, intituladas "Contratos Referenciados a Eletricidade Dependente da Natureza" (correlatas ao CPC 48 e CPC 40, respectivamente), com vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Administração avaliou os contratos de venda de energia da Companhia e de suas controladas e concluiu que estes se qualificam para a isenção de uso próprio nos termos vigentes do IFRS 9/CPC 48, uma vez que preveem entrega física da energia gerada, consistente com a atividade operacional normal da Companhia. Adicionalmente, a Administração avaliou as alterações ao IFRS 9/IFRS 7 referentes à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, emitidas em maio de 2024 e também vigentes a partir de 1º de janeiro de 2026, e não identificou, até o momento, impactos relevantes decorrentes dessa alteração específica nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Reforma Tributária Brasileira

A Companhia vem acompanhando a regulamentação e a implementação da Reforma Tributária sobre o consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada, entre outros dispositivos, pela Lei Complementar nº 214/2025.

Durante o período de 2026, a Companhia iniciou o processo de preparação para a transição ao novo modelo tributário, incluindo a avaliação dos potenciais impactos da CBS e do IBS em suas operações, processos, sistemas e controles internos, bem como o acompanhamento das regulamentações aplicáveis.

A Companhia conta com assessoria especializada para suporte na avaliação dos impactos e na implementação das adequações necessárias, incluindo ações de capacitação das áreas envolvidas.

Na data de aprovação destas informações financeiras intermediárias, as análises e adequações encontram-se em andamento, considerando a implementação gradual do novo sistema tributário e a evolução da regulamentação aplicável. A Administração continuará avaliando os possíveis impactos contábeis, fiscais, operacionais e financeiros decorrentes da Reforma Tributária.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. (EOL Pau Santo) [(i)]	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.
(i) Em 15 de junho de 2022, a ANEEL pulicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transfere de Centrais Eólicas Itapuã VII para Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

3.2 Mercado Livre (ACL)

EÓLICO	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL (Mercado Livre)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL (Mercado Livre)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL (Mercado Livre)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A.	ACL (Mercado Livre)	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL (Mercado Livre)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL (Mercado Livre)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL (Mercado Livre)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	ACL (Mercado Livre)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL (Mercado Livre)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	ACL (Mercado Livre)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Por meio de suas controladas, a Companhia detém contratos de comercialização de energia elétrica no ACR, celebrados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na qualidade de compradora, em nome das distribuidoras. Os contratos decorrem dos Leilões de Energia Nova de Fontes Alternativas LER 05/2013 e LER 10/2014.

			VALORES				PRAZO			
Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R$)	Preço atualizado MWh (R$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA										
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	224,99	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	243,16	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	238,04	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	221,56	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	223,23	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	222,40	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	226,68	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	224,13	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	225,73	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	275,11	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina)	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	275,11	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A. (EOL Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	275,11	out-17	set-37	IPCA	outubro

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre de longo prazo, com fornecimento de energia que totaliza 66,4 MW médios (*) de energia contratada.

A redução em relação aos 99,8 MW médios do exercício anterior decorre de distrato, em comum acordo com cliente, de contrato de venda de energia no montante de 33,4 MW médios, em linha com a estratégia comercial da Companhia de liberar lastro de geração para o projeto Satoshi.

Com a entrada em operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, as obrigações previstas nos contratos de venda de energia remanescentes foram restabelecidas.

(*) Informação não examinada pelos auditores independentes.

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta cinco segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais.

A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

a) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
b) Solar - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes solares.
c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais, desenvolvimento de projetos e administrativas da Companhia.

e) Processamento de Dados – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento e operação de infraestrutura energética destinada a Centros de Processamento de Dados (CPDs) colocalizados com os parques geradores da Companhia. A Companhia atua como provedora de infraestrutura energética e de serviços de hospedagem (*hosting*) para clientes que demandam processamento intensivo de dados, disponibilizando espaço físico e condições operacionais adequadas para a instalação e funcionamento de equipamentos de processamento de dados, gerando receitas por meio da comercialização dos serviços de hospedagem associados.

As informações por segmento em 30 de setembro de 2026 e 2025 para o resultado e para ativos e passivos totais consolidados estão apresentadas a seguir:

	30/09/2026					
	Eólico e Processamento de dados	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	357.955	-	294.454	-	(291.572)	360.837
Compromissos futuros marcação a mercado	-	-	(3.692)	-	-	(3.691)
Custos não gerenciáveis	(23.007)	-	(160)	-	-	(23.167)
Margem Bruta	334.948	-	290.603	-	(291.572)	333.979
Custos gerenciáveis	(234.014)	(2.151)	(259.782)	18.736	291.572	(185.639)
Depreciações e amortizações	(74.404)	-	(34.813)	(2.586)	-	(111.803)
Ganho (perda) na alienação de ativos	-	-	-	-	-	-
Receita financeira	645	71	13.281	1.048	-	15.045
Despesa financeira	(81.462)	(4)	(17.011)	(16.808)	(935)	(116.220)
Imposto de renda e contribuição social	(9.215)	-	1.255	-	-	(7.960)
Lucro líquido (prejuízo) do período	(63.502)	(2.084)	(6.467)	390	(935)	(72.598)

	30/09/2025					
	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	202.944	-	368.934	-	(193.978)	377.900
Compromissos futuros marcação a mercado	-	-	(19.266)	-	-	(19.266)
Custos não gerenciáveis	(17.619)	-	(170)	-	-	(17.789)
Margem Bruta	185.325	-	349.498	-	(193.978)	340.845
Custos gerenciáveis	(130.346)	(483)	(404.174)	94.123	193.978	(246.902)
Depreciação	(75.212)	-	-	(2.599)	-	(77.811)
Ganho na alienação de ativos	-	-	-	658	-	658
Receita financeira	6.420	2	1.770	1.276	-	9.468
Despesa financeira	(92.075)	(1.262)	(2.252)	(33.599)	(811)	(129.999)
Imposto de renda e contribuição social	(5.153)	-	6.551	-	-	1.398
Lucro líquido (prejuízo) do período	(111.041)	(1.743)	(48.607)	59.859	(811)	(102.343)

6. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras restritas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Caixa	3	60	32	93
Bancos conta movimento	306	58	3.248	11.591
Bancos conta moeda estrangeira [(i)]	-	-	6.450	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.394	23	24.300	24.046
Aplicações financeiras (restrita)	12.408	11.352	33.354	36.644
Total	14.111	11.493	67.384	72.374
Apresentados como:				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.703	141	34.030	35.730
Aplicações financeiras	12.408	11.352	33.354	36.644
Total	14.111	11.493	67.384	72.374

(i) Refere-se a recursos em dólares norte-americanos (US$), decorrentes de adiantamento de cliente para operacionalização de projetos.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor, sendo classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados à taxa média de 101,07% do CDI (100,39% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

As aplicações financeiras restritas referem-se, principalmente, a garantias vinculadas a compromissos contratuais da Companhia. Na controladora, o saldo de R$ 8.966 corresponde à garantia do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) de São Salvador. No consolidado, o saldo de R$ 11.046 inclui, além dessa garantia, os valores dados em garantia de contratos de aluguel de equipamentos dos projetos em desenvolvimento. Esses recursos ficam restritos temporariamente e devem ser liberados conforme as etapas operacionais hoje em fase de conclusão forem formalmente encerradas.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025
Comercialização Mercado livre	21.329	40.221
CCEE	31.498	28.267
Total	52.827	68.488

Os saldos em 30 de setembro de 2026 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
IRRF a compensar	731	439	2.532	1.229
IRPJ Estimativa a Compensar	3	3	6.101	69
Saldo negativo de IRPJ a compensar	133	133	739	736
CSLL Estimativa a Compensar	2	2	2.217	27
COFINS a recuperar	-	-	8.829	8.128
PIS a recuperar	-	-	1.920	1.712
ICMS a recuperar	-	-	4.480	5.070
Outros tributos a compensar	135	135	258	144
Total	1.004	712	27.076	17.115

Em 30 de setembro de 2026, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia e equipamentos para revenda realizadas pelas controladas Renova Comercializadora e Diamantina Eólica, respectivamente. Adicionalmente, parte dos saldos está relacionada à mudança de regime tributário de determinadas SPEs, que estão em Lucro Real, impactando a apuração dos tributos federais. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2027. O aumento dos créditos em relação ao exercício anterior se deve ao acréscimo nas compras realizadas neste período e o recolhimento de IRPJ e CSLL das estimativas mensais da Renova Comercializadora.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

9. Investimentos

9.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

	Controladora	
Empresas	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Eólico/Solar		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	936.388	1.071.589
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	19.507	18.853
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	65.038	61.921
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	162	215
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	13.933
Outras participações [(ii)]	2.978	2.979
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A.	112.692	50.213
Total	1.150.698	1.219.703
Ativo		
Investimento	1.150.698	1.219.703
Total	1.150.698	1.219.703

(ii) Demais empresas listadas na nota 1.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

9.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

	30/09/2026					31/12/2025				
Companhia	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										
Renova PCH LTDA.	39.980.170	99,99	400	-	(9)	39.980.170	99,99	400	-	(4)
Eólico										
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.181.193.789	99,99	897.092	936.388	(135.203)	897.092.000	99,99	897.092	1.071.589	(166.485)
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	68.402.277	99,99	43.269	19.507	(2.022)	41.179.368	99,99	41.179	18.853	(20.584)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	6.094.696.657	99,99	60.947	65.038	3.117	7.128.509.207	99,99	60.947	61.921	974
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	251.494.591	99,99	251.093	162	(340)	251.092.591	99,99	251.093	215	(368)
Renovapar S.A.	249.846	100,00	250	-	(1)	235.682	100,00	236	-	(1)
SF 120 Participações Societárias S.A.	15.429.091	99,99	15.430	13.933	(1)	15.429.091	99,99	15.429	13.933	(8)
Outras participações [(i)]	-	99,99	2.844	2.973	(9)	-	-	2.844	2.974	164
Outras incorporadas [(ii)]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.262
Comercialização										
Renova Comercializadora de Energia S.A.	746.585.448	100,00	746.585	112.692	62.479	746.585.448	100,00	746.585	50.213	(43.644)
Fotovoltaica										
UFV Maracujá Ltda.	26.375	99,00	26	1	(14)	26.375	99,00	26	1	(14)
UFV Gregal Ltda.	25.150	99,00	39	-	(14)	38.899	99,00	39	-	(14)
UFV Lagoa Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	-	-	(1)
UFV Tambora Ltda.	780.130	99,00	8	-	(4)	7.801	99,00	8	-	(4)
UFV Vatra Ltda.	25.150	99,00	25	-	(14)	25.150	99,00	25	-	(14)
UFV Cachoeira Ltda.	100	99,00	-	-	-	449	99,00	-	-	(1)
UFV Fotiá Ltda.	25.150	99,00	25	-	(14)	25.150	99,00	25	-	(14)
UFV Morrinhos Ltda.	925.130	99,00	13	1	(4)	13.056	99,00	13	1	(4)
UFV Iracema Ltda.	230.915	99,00	3	2	-	2.658	99,00	3	2	(1)
UFV Azufre Ltda.	1.575	99,00	2	1	-	1.924	99,00	2	1	(1)
UFV Junco Ltda.	100	99,00	-	-	-	360	99,00	-	-	(1)
UFV Caraubas Ltda.	100	99,00	-	-	-	100	99,00	-	-	(1)
UFV Quixaba Ltda.	100	99,00	-	-	-	360	99,00	-	-	(1)
Total				1.150.698	(72.053)				1.219.703	(215.765)

(i) Demais empresas listadas na nota 1
(ii) Empresas incorporadas nota 1.1.3

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

9.3 Movimentação dos investimentos (controladora)

Companhia	31/12/2025	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	30/09/2026
Renova PCH LTDA.	-	9	-	(9)	-
Eólico/Solar					
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.071.589	-	2	(135.203)	936.388
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	18.853	480	2.196	(2.022)	19.507
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	61.921	-	-	3.117	65.038
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	215	39	248	(340)	162
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	1	-	(1)	13.933
Renovapar S.A.	-	13	(12)	(1)	-
Outras participações[ii]	2.979	-	72	(73)	2.978
Comercialização					
Renova Comercializadora de Energia S.A.	50.213	-	-	62.479	112.692
Total	1.219.703	542	2.506	(72.053)	1.150.698

(ii) Demais empresas listadas na nota 1

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Companhia	31/12/2024	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Resgate de ações	Distribuição / Recebimento de dividendos	Incorporação	Redução de capital	30/09/2025
PCH									
Renova PCH LTDA.	(4)	-	1	3	-	-	-	-	-
Eólico									
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	844.480	480.234	-	(125.074)	(17.534)	-	-	(69.105)	1.113.001
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	2.356	2.384	-	1.533	-	-	(6.273)	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	922	-	-	197	-	-	(1.119)	-	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(3.304)	6.991	-	1.741	-	-	(5.428)	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(3.174)	7.921	4	244	-	-	(4.995)	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A.	7.402	-	-	1.608	-	-	(9.010)	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	796	-	-	312	-	-	(1.108)	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A.	237	4.640	-	1.454	-	-	(6.331)	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	159	-	-	237	-	-	(396)	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A.	(3.701)	6.953	-	1.643	-	-	(4.895)	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(3.401)	6.612	1	1.803	-	-	(5.015)	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	4.402	30	-	1.173	-	-	(5.605)	-	-
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	(4.384)	6.222	-	(2.303)	-	-	465	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	5.705	-	-	3.418	-	-	(9.123)	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	5.308	-	-	3.317	-	-	(8.625)	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A.	(2.143)	5.427	-	482	-	-	(3.766)	-	-
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	596	3.125	509	(2.481)	-	-	(1.749)	-	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	10	2.075	-	442	-	-	(2.527)	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(1.164)	1.862	863	(747)	-	-	(814)	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	128	-	-	48	-	-	(176)	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	644	-	1	129	-	-	(774)	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	31.847	1.784	5.426	(1.811)	-	-	-	-	37.246
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	93.898	-	-	(27)	(10.000)	(12.613)	-	(10.338)	60.920
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	179	-	264	(238)	-	-	-	-	205
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	1	-	(1)	-	-	-	-	13.933
Outras participações	2.757	-	66	107	-	-	-	-	2.930
Comercialização									
Renova Comercializadora de Energia S.A.	14.410	79.444	-	(48.600)	-	-	-	-	45.254
Total	1.008.894	615.705	7.135	(161.391)	(27.534)	(12.613)	(77.264)	(79.443)	1.273.489

(ii) Companhias incorporadas pela controladora no decorrer do exercício de 2025.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

10. Imobilizado

10.1. Controladora

	Taxas anuais de depreciação %	30/09/2026 Custo histórico	30/09/2026 Depreciação acumulada	30/09/2026 Valor líquido	31/12/2025 Custo histórico	31/12/2025 Depreciação acumulada	31/12/2025 Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Torres de medição	20%	22.692	(22.692)	-	22.692	(22.692)	-
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.729)	11	3.740	(3.729)	11
Equipamentos de torres	20%	2.525	(2.443)	82	2.524	(2.436)	88
		28.957	(28.864)	93	28.956	(28.857)	99
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.366	(5.366)	-	5.356	(5.356)	-
Benfeitorias	4%	854	(342)	512	854	(317)	537
Móveis e utensílios	10%	309	(299)	10	305	(299)	6
Softwares	20%	3.737	(3.653)	84	3.737	(3.603)	134
Equipamento de informática	20%	4.583	(4.242)	341	4.465	(4.158)	307
		14.849	(13.902)	947	14.717	(13.733)	984
Total do imobilizado em serviço		43.806	(42.766)	1.040	43.673	(42.590)	1.083
Imobilizado em curso							
Geração							
Projetos em andamento		119.385	-	119.385	113.805	-	113.805
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062
Torres de medição		1.129	-	1.129	1.128	-	1.128
Aerogeradores		7.584	-	7.584	7.584	-	7.584
Equipamentos de subestação		18.149	-	18.149	18.083	-	18.083
Edificações, obras civis e benfeitorias		32.244	-	32.244	32.244	-	32.244
Terrenos		65.658	-	65.658	62.826	-	62.826
Adiantamentos a fornecedores		4.000	-	4.000	7.223	-	7.223
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(60.826)	-	(60.826)	(60.826)	-	(60.826)
Total do imobilizado em curso		188.385	-	188.385	183.129	-	183.129
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		42.556	(31.207)	11.349	38.309	(28.803)	9.506
Transferência para ativos mantidos para venda							
Total do imobilizado em curso		42.556	(31.207)	11.349	38.309	(28.803)	9.506
Total imobilizado		274.747	(73.973)	200.774	265.111	(71.393)	193.718

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

10.2. Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2025	Adições	Reclassificações entre rubricas [i]	Baixa	30/09/2026
Imobilizado em serviço					
Geração					
Máquinas e equipamentos	-	30	-	-	30
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
	28.956	30	-	-	28.986
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	2	-	-	5.358
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	4	-	-	309
Softwares	3.737	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.465	88	30	-	4.583
	14.717	94	30	-	14.841
Total do imobilizado em serviço - custo	43.673	124	30	-	43.827
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.693)	-	1	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.753)	-	24	-	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.461)	-	2	-	(2.459)
	(28.907)	-	27	-	(28.880)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.356)	(8)	6	-	(5.358)
Benfeitorias	(317)	(40)	2	-	(355)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	(299)
Softwares	(3.603)	(50)	-	-	(3.653)
Equipamento de informática	(4.133)	(84)	(25)	-	(4.242)
	(13.708)	(182)	(17)	-	(13.907)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(42.590)	(182)	10	-	(42.787)
Total do imobilizado em serviço	1.083	(58)	40	-	1.040
Imobilizado em curso					
Geração					
Projetos em andamento	113.805	5.580	-	-	119.385
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Torres de medições	1.128	1	-	-	1.129
Aerogeradores	7.584	-	-	-	7.584
Equipamentos de subestação	18.083	65	1	-	18.149
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.244	-	-	-	32.244
Terrenos	62.826	2.832	-	-	65.658
Adiantamentos a fornecedores	7.223	56	(31)	(3.248)	4.000
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(60.826)	-	-	-	(60.826)
Total do custo do imobilizado em curso	183.129	8.534	(30)	(3.248)	188.385
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	38.309	4.247	-	-	42.556
(-) Amortização contratos de arrendamento	(28.803)	(2.404)	-	-	(31.207)
	9.506	1.843	-	-	11.349
Total do imobilizado	193.718	10.319	10	(3.248)	200.774

(i) Refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

	31/12/2024	Adições	Reclassificações entre rubricas	Baixa	Adição por incorporação (i)	30/09/2025
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	-	2.524
	28.956	-	-	-	-	28.956
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.446	13	-	-	-	4.459
	14.698	13	-	-	-	14.711
Total do imobilizado em serviço - custo	43.654	13	-	-	-	43.667
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(22.692)	-	-	-	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.729)	-	-	-	-	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.436)	-	-	-	-	(2.436)
	(28.857)	-	-	-	-	(28.857)
Administração						
Máquinas e equipamentos	(5.297)	(29)	-	-	-	(5.326)
Benfeitorias	(282)	(26)	-	-	-	(308)
Móveis e utensílios	(299)	(18)	-	-	-	(317)
Softwares	(3.531)	(54)	-	-	-	(3.585)
Equipamento de informática	(4.033)	(99)	-	-	-	(4.132)
	(13.442)	(226)	-	-	-	(13.668)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(42.299)	(226)	-	-	-	(42.525)
Total do imobilizado em serviço	1.355	(213)	-	-	-	1.142
Imobilizado em curso						
Geração						
Projetos em andamento	111.481	8.797	(53.847)	(1.120)	46.910	112.221
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Torres de medições	1.180	1	(1.179)	-	1.126	1.128
Máquinas e equipamentos		-	-	-	7.584	7.584
Equipamentos de subestação	-	850	1.179	-	16.054	18.083
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	28	-	-	32.216	32.244
Terrenos	50	3.596	53.847	-	3.022	60.515
Adiantamentos a fornecedores	559	3.161	-	(18)	-	3.702
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(4.669)	-	-	-	(56.157)	(60.826)
Total do custo do imobilizado em curso	109.663	16.433	-	(1.138)	50.755	175.713
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	30.751	4.993	-	(167)	-	35.577
(-) Amortização contratos de arrendamento	(25.333)	(2.373)	-	(21)	-	(27.727)
	5.418	2.620	-	(188)	-	7.850
Total do imobilizado	116.436	18.757	-	(1.326)	50.755	184.705

(i) Empresas Incorporadas nota 1.1.3

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

10.3. Consolidado

	Taxas anuais de depreciação %	30/09/2026 Custo histórico	30/09/2026 Depreciação acumulada	30/09/2026 Valor líquido	31/12/2025 Custo histórico	31/12/2025 Depreciação acumulada	31/12/2025 Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	175	(17)	158	175	(13)	162
Máquinas e equipamentos	5%	2.186.319	(347.926)	1.838.393	2.186.684	(284.408)	1.902.276
Móveis e utensílios	10%	908	(120)	788	908	(70)	838
Equipamento de informática	17%	19	(6)	13	19	(4)	15
Torres de medição	20%	25.215	(22.773)	2.442	25.215	(22.770)	2.445
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.729)	11	3.740	(3.729)	11
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.443)	81	2.524	(2.436)	88
Provisão para Desmantelamento		22.242	(3.792)	18.450	22.242	(3.117)	19.125
		2.241.142	(380.806)	1.860.336	2.241.507	(316.547)	1.924.960
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos		4.362	-	4.362	4.362	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	21.418	(13.375)	8.043	21.418	(12.877)	8.541
Máquinas e equipamentos	4%	551.403	(54.936)	496.467	551.403	(42.711)	508.692
Móveis e utensílios	6%	144	(19)	125	144	(19)	125
		577.327	(68.330)	508.997	577.327	(55.607)	521.720
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	3%	23.568	(2.161)	21.407	23.568	(1.799)	21.769
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(297.617)	-	(297.617)	(297.617)	-	(297.617)
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.366	(5.366)	-	5.356	(5.350)	6
Benfeitorias	4%	854	(342)	512	854	(317)	537
Móveis e utensílios	10%	309	(299)	10	305	(299)	6
Softwares	20%	3.737	(3.653)	84	3.737	(3.603)	134
Equipamento de informática	20%	4.583	(4.250)	333	4.465	(4.158)	307
		14.849	(13.910)	939	14.717	(13.727)	990
Estoques							
Almoxarifado geral		30.499	-	30.499	32.703	-	32.703
Total do imobilizado em serviço		2.589.768	(465.207)	2.124.561	2.592.205	(387.680)	2.204.525
Imobilizado em curso							
Geração							
Projetos em andamento		411.844	-	411.844	342.309	-	342.309
Estudos e projetos		1.110	-	1.110	1.110	-	1.110
Terrenos		69.933	-	69.933	66.842	-	66.842
Edificações, obras civis e benfeitorias		58.908	-	58.908	47.742	-	47.742
Torres de medição		1.302	-	1.302	1.301	-	1.301
Máquinas e equipamentos		4.065	-	4.065	5.866	-	5.866
Equipamentos de subestação		29.549	-	29.549	23.061	-	23.061
Adiantamentos a fornecedores		30.487	-	30.487	23.751	-	23.751
Depreciação Provisão [(i)]			(21.647)	(21.647)	-	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(240.297)	-	(240.297)	(240.297)	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso		366.901	(21.647)	345.254	271.685	-	271.685
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		144.079	(53.144)	90.935	102.780	(36.990)	65.790
Total direito de uso		144.079	(53.144)	90.935	102.780	(36.990)	65.790
Total imobilizado		3.100.748	(539.998)	2.560.750	2.966.670	(424.670)	2.542.000

(i) Provisão da depreciação do imobilizado que está em processo de unitização. Veja maiores detalhes na nota 1.1.4

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

10.4. Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2025	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas[(i)]	30/09/2026
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	175	-	-	-	175
Máquinas e equipamentos	2.186.684	30	(395)	-	2.186.319
Móveis e utensílios	908	-	-	-	908
Equipamento de informática	19	-	-	-	19
Torres de medição	25.215	-	-	-	25.215
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	22.242
	2.241.507	30	(395)	-	2.241.142
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	4.362	-	-	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.418	-	-	-	21.418
Máquinas e equipamentos	551.403	-	-	-	551.403
Móveis e utensílios	144	-	-	-	144
	577.327	-	-	-	577.327
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	23.568	-	-	-	23.568
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.617)	-	-	-	(297.617)
	2.544.785	30	(395)	-	2.544.420
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	10	-	-	5.366
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	4	-	-	309
Softwares	3.737	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.465	88	-	30	4.583
	14.717	102	-	30	14.849
Estoques					
Almoxarifado geral	32.703	1.074	(3.278)	-	30.499
Total do imobilizado em serviço - custo	2.592.205	1.206	(3.673)	30	2.589.768
(-) Depreciação					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(13)	(4)	-	-	(17)
Máquinas e equipamentos	(284.408)	(63.619)	101	-	(347.926)
Móveis e utensílios	(70)	(50)	-	-	(120)
Equipamento de informática	(4)	(2)	-	-	(6)
Torres de medição	(22.770)	(3)	-	-	(22.773)
Equipamentos de medição	(3.729)	-	-	-	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.436)	(7)	-	-	(2.443)
Provisão para Desmantelamento	(3.117)	(675)	-	-	(3.792)
	(316.547)	(64.360)	101	-	(380.806)
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.877)	(498)	-	-	(13.375)
Máquinas e equipamentos	(42.711)	(12.225)	-	-	(54.936)
Móveis e utensílios	(19)	-	-	-	(19)
	(55.607)	(12.723)	-	-	(68.330)

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

	31/12/2025	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas[i]	30/09/2026
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	(1.799)	(362)	-	-	(2.161)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.350)	(16)	-	-	(5.366)
Benfeitorias	(317)	(25)	-	-	(342)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	(299)
Softwares	(3.603)	(50)	-	-	(3.653)
Equipamento de informática	(4.158)	(92)	-	-	(4.250)
	(13.727)	(183)	-	-	(13.910)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(387.680)	(77.628)	101	-	(465.207)
Total do imobilizado em serviço	2.204.525	(76.422)	(3.572)	30	2.124.561
Imobilizado em curso					
Geração					
Projetos em andamento	342.309	69.535	-	-	411.844
Estudos e projetos	1.110	-	-	-	1.110
Terrenos	66.842	3.091	-	-	69.933
Edificações, obras civis e benfeitorias	47.742	11.166	-	-	58.908
Torres de medição	1.301	1	-	-	1.302
Máquinas e equipamentos	5.866	1.349	(3.150)	-	4.065
Equipamentos de subestação	23.061	6.568	(80)	-	29.549
Adiantamentos a fornecedores	23.751	10.016	(3.248)	(32)	30.487
Depreciação Provisão [ii]	-	(21.647)	-	-	(21.647)
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	271.685	80.079	(6.478)	(32)	345.254
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	102.780	41.299	-	-	144.079
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(2.024)	(2.637)	-	-	(4.661)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(34.966)	(13.519)	-	2	(48.483)
Total direito de uso	65.790	25.143	-	2	90.935
Total do imobilizado	2.542.000	28.800	(10.050)	-	2.560.750

(i) Refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no período.
(ii) Provisão da depreciação do imobilizado em curso que está em processo de unitização. Veja maiores detalhes na nota 1.1.4

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas[1]	30/09/2025
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	175	175
Máquinas e equipamentos	2.173.782	171	-	23.997	2.197.950
Móveis e utensílios	-	-	-	908	908
Equipamento de informática	-	-	-	19	19
Torres de medição	25.137	-	-	78	25.215
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	22.242
	2.227.425	171	-	25.177	2.252.773
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	4.362	-	-	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.418	-	-	-	21.418
Máquinas e equipamentos	551.403	-	-	-	551.403
Móveis e utensílios	1.054	-	-	(910)	144
	578.237	-	-	(910)	577.327
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	20.323	-	-	3.245	23.568
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	-	-	-	(297.690)
	2.528.295	171	-	27.512	2.555.978
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.465	15	-	(19)	4.461
	14.717	15	-	(19)	14.713
Estoques					
Almoxarifado geral	28.576	5.133	(676)	-	33.033
Total do imobilizado em serviço - custo	2.571.588	5.319	(676)	27.493	2.603.724
(-) Depreciação					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(7)	(5)	-	-	(12)
Máquinas e equipamentos	(197.955)	(64.482)	-	(1.469)	(263.906)
Móveis e utensílios	(5)	(49)	-	-	(54)
Equipamento de informática	(1)	(2)	-	-	(3)
Torres de medição	(24.138)	(3)	-	1.372	(22.769)
Equipamentos de medição	(3.729)	(11)	-	-	(3.740)
Equipamentos de torres	(2.436)	(23)	-	-	(2.459)
Provisão para Desmantelamento	(2.203)	(686)	-	-	(2.889)
	(230.474)	(65.261)	-	(97)	(295.832)
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.211)	(501)	-	-	(12.712)
Máquinas e equipamentos	(26.266)	(12.334)	-	-	(38.600)
Móveis e utensílios	(19)	-	-	-	(19)
	(38.496)	(12.835)	-	-	(51.331)

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas[1]	30/09/2025
Máquinas e equipamentos	(1.311)	(366)	-	-	(1.677)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.295)	(14)	-	-	(5.309)
Benfeitorias	(282)	(26)	-	-	(308)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	(299)
Softwares	(3.531)	(54)	-	-	(3.585)
Equipamento de informática	(4.033)	(97)	-	-	(4.130)
	(13.440)	(191)	-	-	(13.631)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(283.721)	(78.653)	-	(97)	(362.471)
Total do imobilizado em serviço	2.287.867	(73.334)	(676)	27.396	2.241.253
Imobilizado em curso					
Geração					
Projetos em andamento	361.037	42.946	(1.090)	(56.999)	345.893
Estudos e projetos	1.062	48	-	-	1.110
Terrenos	3.208	4.093	-	57.083	64.384
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.435	10.511	(46)	(177)	42.723
Torres de medição	2.583	174	-	(1.438)	1.319
Máquinas e equipamentos	44.861	169	-	(20.947)	24.083
Módulos e inversores	1.613	1	-	-	1.614
Equipamentos de subestação	25.839	3.178	(120)	(3.991)	24.907
Adiantamentos a fornecedores	1.024	2.804	(238)	(932)	2.658
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	233.365	63.924	(1.494)	(27.401)	268.394
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	52.123	6.625	(270)	11	58.489
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(1.289)	(533)	-	-	(1.822)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(28.493)	(2.728)	-	1	(31.220)
Total direito de uso	22.341	3.364	(270)	12	25.447
Total do imobilizado	2.543.573	(6.046)	(2.440)	7	2.535.094

Nota 1: refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no período.

10.5. Imobilizado em Serviço

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados durante a fase de construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear a partir da entrada em operação comercial dos ativos. As taxas utilizadas têm como referência aquelas estabelecidas pela ANEEL no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), as quais, na avaliação da Administração, refletem adequadamente a vida útil econômica dos ativos, em conformidade com o CPC 27 – Ativo Imobilizado. Para os ativos cuja vida útil estimada excede o prazo da autorização, sem previsão de indenização ao término da outorga, a depreciação é limitada ao prazo remanescente da respectiva autorização.

A vida útil, o valor residual e o método de depreciação são revisados anualmente, e eventuais alterações são reconhecidas prospectivamente como mudança de estimativa contábil.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

10.6. Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento e solares, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL.

Os gastos são capitalizados a partir do momento em que a Administração avalia ser provável a geração de benefícios econômicos futuros associados ao projeto, conforme o CPC 27 – Ativo Imobilizado. Gastos incorridos em fase anterior a esse estágio são reconhecidos no resultado quando incorridos.

10.7. Composição do imobilizado por projeto

Em 30 de setembro de 2026 o imobilizado é composto pelos seguintes projetos:

	30/09/2026		
Projetos	**Imobilizado bruto**	***Impairment***	**Imobilizado líquido**
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	20.918	-	20.918
LER 2013	306	-	306
	21.224	-	21.224
Outros			
Solar	8	-	8
Outras imobilizações em curso[(ii) (iii)]	384.847	(60.825)	324.022
Total do imobilizado em curso	406.079	(60.825)	345.254

	31/12/2025		
Projetos	**Imobilizado bruto**	***Impairment***	**Imobilizado líquido**
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	13.665	-	13.665
LER 2013	5.559	-	5.559
LER 2013	1.145	-	1.145
	20.369	-	20.369
Outros			
Solar	27.877	-	27.877
Outras imobilizações em curso [(ii) (iii)]	284.263	(60.825)	223.438
Total do imobilizado em curso	332.509	(60.825)	271.685

(i) Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado à Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto. Essa solicitação foi finalizada em 11 de dezembro de 2023, conforme ofício nº 1159/2023-SCE/ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de impairment para esses ativos.
(ii) Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e solares, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia.
(iii) os saldos daS empresas Bela Vista, São Bartolomeu e São Cristovão são apresentados liquidos de impairment.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

10.8. Baixa de projetos

A Companhia revisa periodicamente seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e projetos fotovoltaicos, com o objetivo de identificar projetos que deixaram de apresentar viabilidade técnica ou econômica. Com base na revisão realizada para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia concluiu que não que há projetos a serem baixados conforme nota 1.1.5 e não tendo sido reconhecidos efeitos no resultado do período a esse título.

10.9. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

A Companhia atualmente revisa as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável de seu ativo utilizando o método do valor em uso dos ativos. O cálculo considera o valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados dos projetos, descontados por uma taxa de desconto nominal que reflete o custo de capital dos projetos (WACC).

A Companhia avalia, a cada data de reporte, inclusive nas informações financeiras intermediárias, se há indicativos de que seus ativos possam ter sofrido redução ao valor recuperável, conforme o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Identificados indicativos, o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa é estimado. Adicionalmente, a Companhia realiza anualmente, por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras do exercício, a revisão completa dos testes de recuperabilidade. Em 30 de setembro de 2026, não foram identificados indicativos de perda que requeressem a antecipação do teste.

10.10. Bens dados como garantia

a) A controlada indireta Diamantina possui bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R$ 1.683.756, que foram incorporados na recuperação judicial conforme Nota 1.2.

b) Além das garantias já constituídas no âmbito do Plano de Recuperação Judicial, foram cedidos fiduciariamente aos Credores com Garantia Real os direitos sobre os recebíveis oriundos do Projeto Data Center, líquidos dos custos e despesas sobre aluguel de equipamentos. Os valores recebidos em decorrência do referido projeto serão depositados em conta vinculada, a qual será utilizada exclusivamente para essa finalidade, assegurando a segregação e a destinação adequada dos recursos em favor dos credores beneficiários da garantia.

10.11. Provisão para desmantelamento de ativos

As controladas detentoras de parques eólicos implantados em terrenos arrendados possuem obrigações contratuais de remoção dos ativos ao término dos respectivos contratos de arrendamento. A provisão é reconhecida conforme o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo mensurada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação, descontada a valor presente por taxa antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado e os riscos específicos do passivo.

O custo correspondente é capitalizado como parte do valor contábil do ativo imobilizado (nota 10.4), nos termos do CPC 27 – Ativo Imobilizado, e depreciado pelo menor prazo entre a vida útil remanescente do ativo e o prazo do contrato de arrendamento.

A atualização do valor presente da provisão é reconhecida no resultado como despesa financeira. Mudanças nas estimativas de valor, prazo dos desembolsos ou taxa de desconto são registradas em contrapartida ao custo do ativo, conforme a ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. Reduções que excedam o valor contábil do ativo são reconhecidas diretamente no resultado.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

10.12. Bens em contratos de comodato

A Companhia utiliza equipamentos de data center recebidos em comodato, internalizados sob o regime aduaneiro de admissão temporária para utilização econômica, com pagamento proporcional dos tributos incidentes, nos termos do art. 79 da Lei nº 9.430/1996.

Por se tratar de cessão gratuita de uso, sem contraprestação, o contrato não atende à definição de arrendamento do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, e os equipamentos não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os bens são controlados em contas de compensação durante a vigência do contrato, em razão da responsabilidade assumida pela Companhia quanto à sua guarda, conservação e devolução.

Os tributos recolhidos em razão do regime de admissão temporária são reconhecidos no resultado proporcionalmente ao período de utilização dos equipamentos.

Os custos diretamente atribuíveis à importação, instalação e transporte no período findo em 30 de setembro de 2026, no valor de R$ 71.502, foram capitalizados, tendo como contrapartida o registro de receita diferida em Adiantamento de Clientes, dos quais R$ 19.844 já foram reconhecidos no resultado do período; os demais valores destinam-se à contratação de seguros aduaneiros e importação de novos equipamentos.

Os tributos federais pagos proporcionalmente ao longo do contrato, por serem não recuperáveis e diretamente relacionados ao uso do ativo, também foram incorporados ao valor contábil do imobilizado. Tanto a depreciação do ativo quanto o reconhecimento da receita diferida vinculada ao adiantamento de clientes são apropriados ao resultado pelo método linear, ao longo do prazo do contrato de comodato, de forma consistente entre o custo do ativo e a respectiva receita.

11. Direito de uso – Arrendamentos

Para o período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia e suas controladas identificaram 1.357 contratos de arrendamento de terrenos e 2 de equipamentos aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, sendo:

143 contratos relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento;
1.209 contratos relacionados aos parques eólicos em operação; e
5 contratos de locação de sedes administrativas.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	30/09/2026	
	Controladora	Consolidado
Ativo		
Não circulante		
Imobilizado		
Direito de uso do ativo arrendado	41.628	64.614
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(31.155)	(37.330)
Total de Imóveis	10.473	27.284
Não circulante		
Imobilizado		
Direito de uso do ativo arrendado	928	79.465
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(52)	(15.814)
Total Equipamentos	876	63.651
Ativo total	11.349	90.935

	30/09/2026	
	Controladora	Consolidado
Passivo		
Circulante		
Arrendamentos a pagar	3.232	6.121
(-) Ajuste a valor presente	(1.255)	(3.294)
Total circulantes de Imóveis	1.977	2.827
Arrendamentos a pagar	431	24.892
(-) Ajuste a valor presente	(90)	(7.458)
Total circulantes de Equipamentos	341	17.434
Não circulante		
Arrendamentos a pagar	19.155	64.473
(-) Ajuste a valor presente	(8.663)	(37.943)
Total do passivo não circulante de Imóveis	10.492	26.530
Arrendamentos a pagar	677	54.347
(-) Ajuste a valor presente	(71)	(7.409)
Total do passivo não circulante de Equipamentos	606	46.938
Passivo total	13.416	93.729

	31/12/2025	
	Controladora	Consolidado
Ativo		
Não circulante		
Imobilizado		
Direito de uso do ativo arrendado	38.309	61.223
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(28.803)	(34.393)
Total de Imóveis	9.506	26.830
Não circulante		
Imobilizado		
Direito de uso do ativo arrendado	-	41.557
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	-	(2.597)
Total de Imóveis	-	38.960
Ativo total	9.506	65.790

	31/12/2025	
	Controladora	Consolidado
Passivo		
Circulante		
Arrendamentos a pagar	2.251	5.024
(-) Ajuste a valor presente	(1.379)	(3.545)
Total circulantes de Imóveis	872	1.479
Arrendamentos a pagar	-	13.385
(-) Ajuste a valor presente	-	(4.687)
Total circulantes de Equipamentos	-	8.698
Não circulante		
Arrendamentos a pagar	19.594	67.139
(-) Ajuste a valor presente	(8.983)	(40.173)
Total do passivo não circulante de Imóveis	10.611	26.966
Arrendamentos a pagar	-	36.808
(-) Ajuste a valor presente	-	(6.076)
Total do passivo não circulante de Equipamentos	-	30.732
Passivo total	11.483	67.875

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procederam ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2), o que pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

A Companhia avaliou que esses efeitos não geram impactos relevantes para suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do período a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Custo		
Amortização direito de uso	-	13.518
Despesa		
Amortização direito de uso	2.404	2.636
Resultado financeiro		
Juros sobre obrigação de arrendamento	975	9.342
Variação cambial líquida	-	(2.664)
Total	3.379	22.832

Em 30 de setembro de 2026, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

	Consolidado	
Ano de vencimento	**Principal**	**Juros**
Circulante		
Out/2026 a Set/2027	31.013	10.752
Não circulante		
Out/2027 a Set/2028	36.624	12.878
Out/2028 a Set/2029	35.863	8.948
Out/2029 a Set/2034	15.721	6.597
Out/2034 a Set/2039	10.989	6.000
Out/2039 a Set/2044	8.786	6.442
Out/2044 a Set/2049	6.898	3.299
Out/2049 a Set/2054	3.514	1.035
Out/2054 a Set/2062	425	153
	118.820	45.352
Total geral	149.833	56.104

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Fornecedores	36.434	11.111	81.873	97.815
Fornecedores recuperação judicial	57.670	62.061	120.381	124.692
	94.104	73.172	202.254	222.507
Apresentados como:				
Circulante	40.963	16.472	90.356	107.733
Não circulante	53.141	56.700	111.898	114.774
Total	94.104	73.172	202.254	222.507

Em 30 de setembro de 2026 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R$57.670 (controladora) Classe III. No consolidado o total é R$120.381, sendo Classe III.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

13.1. Controladora

13.1.1. Empréstimos e financiamentos

		30/09/2026					
		Circulante			Não circulante		
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Total geral
Lumina Capital Management	100% CDI[a]	584	2.631	3.215	32.633	32.633	35.848
Custo da Dívida		-	(65)	(65)	(584)	(584)	(649)
Total de empréstimos		584	2.566	3.150	32.049	32.049	35.199

		31/12/2025					
		Circulante			Não circulante		
	Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal	Total	Total geral
Citibank	100% CDI[a]	2.119	-	2.119	32.572	32.572	34.691
Custo da Dívida[(i)]		-	(64)	(64)	(637)	(637)	(701)
Total de empréstimos		2.119	(64)	2.055	31.935	31.935	33.990

(i) Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.
a) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

13.2. Consolidado

			30/09/2026					31/12/2025				
			Circulante			Não circulante	Total geral	Circulante			Não circulante	Total geral
Classe PRJ		Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
Classe II	BNDES	100% CDI[a]	15.468	25.865	41.333	334.757	376.090	23.076	-	23.076	357.311	380.387
Classe II	Banco Itaú	100% CDI[a]	-	-	-	-	-	10.092	-	10.092	155.306	165.398
Classe II	Citibank	100% CDI[a]	-	-	-	-	-	6.799	-	6.799	104.627	111.426
Classe II	Banco ABC	100% CDI[a]	-	-	-	-	-	4.034	-	4.034	62.126	66.160
Classe II	Lumina Capital Management	100% CDI[a]	5.799	6.879	12.678	339.941	352.619	-	-	-	-	-
Extra concursal	Citibank	100% CDI[a]	-	-	-	-	-	2.119	-	2.119	32.572	34.691
Extra concursal	Lumina Capital Management	100% CDI[a]	584	2.631	3.215	32.633	35.848	-	-	-	-	-
Classe III	Banco Itaú	0,5% a.a. + TR[a]	-	-	-	-	-	376	-	376	3.512	3.888
Classe III	Lumina Capital Management	0,5% a.a. + TR[a]	10	227	237	3.408	3.645	-	-	-	-	-
	Custo da Dívida		-	(2.247)	(2.247)	(20.507)	(22.754)	-	(2.247)	(2.247)	(22.261)	(24.508)
			21.861	33.355	55.216	690.232	745.448	46.496	(2.247)	44.249	693.193	737.442

Em outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, conforme nota 1.2.

Em 30 de setembro de 2026 a dívida que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R$768.202, sendo R$728.709 da Classe II, R$3.645 da Classe III e R$35.848 extraconcursal. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.2.

Em junho de 2026, a Companhia foi informada de que o Itaú Unibanco S.A., Banco Citibank e Banco ABC Brasil venderam os créditos por eles detidos contra a Renova e demais empresas do grupo à LCM Ragnarok Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada (“Lumina Capital Management”). Essa operação não altera as condições previamente estabelecidas para a Renova, exceto pela mudança de titularidade do crédito e as capitalizações de juros descritas nos itens 1.1.1, sem qualquer ajuste nos percentuais de amortização do principal ou nas taxas contratadas conforme nota 1.2.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

13.3. Movimentação

a) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**31.817**	**752**	**32.569**	**1.108.712**	**35.478**	**1.144.190**
Provisão dos encargos financeiros	-	3.318	3.318	-	89.396	89.396
Encargos financeiros pagos	-	(3.171)	(3.171)	-	(81.474)	(81.474)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(343)	(343)
Incorporação de juros ao principal	314	(314)	-	10.428	(10.428)	-
Apropriação de custos de captações	53	-	53	1.837	-	1.837
Baixa por Capitalização de créditos PRJ	-	-	-	(423.433)	(19.617)	(443.050)
Saldos em 30 de setembro de 2025	32.184	585	32.769	697.544	13.012	710.556
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**32.200**	**1.790**	**33.990**	**697.728**	**39.714**	**737.442**
Provisão dos encargos financeiros	-	3.498	3.498	-	71.134	71.134
Encargos financeiros pagos	-	(2.008)	(2.008)	-	(57.399)	(57.399)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(333)	-	(333)	(7.483)	-	(7.483)
Incorporação de juros ao principal [(i)]	2.696	(2.696)	-	31.588	(31.588)	-
Apropriação de custos de captações	52	-	52	1.754	-	1.754
Saldos em 30 de setembro de 2026	**34.615**	**584**	**35.199**	**723.587**	**21.861**	**745.448**

(i) o valor de 14 milhões diferidos conforme nota explicativa 1.1.1 (iv)

13.4. Vencimento das parcelas – não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (nota 1.2.).

	30/09/2026	
Vencimento	Controladora	Consolidado
out/2027 a set/2028	1.234	25.966
out/2028 a set/2029	1.763	37.086
out/2029 a set/2030	1.762	37.059
out/2030 a set/2031	1.764	37.106
out/2031 a set/2034	26.110	573.522
Total	32.633	710.739

14. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
IRPJ a pagar	-	-	3.086	1.015
CSLL a pagar	-	-	1.479	578
COFINS a recolher	15	8	1.649	1.162
PIS a recolher	2	1	369	247
Tributos sobre folha de pagamento	1.062	1.410	1.391	1.728
Tributos retidos de terceiros	79	91	1.824	691
Tributos sobre operações de mútuo	153	344	554	815
Tributos em parcelamento	-	-	5.795	-
Outros tributos a recolher	53	50	268	477
TOTAL	1.364	1.904	16.415	6.713
Apresentados como:				
Circulante	1.364	1.904	11.779	6.713
Não circulante	-	-	4.636	-
Total	1.364	1.904	16.415	6.713

Os saldos de PIS e COFINS a pagar decorrem do faturamento de venda de energia auferido pelas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III e pela Renova Comercializadora.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Os débitos tributários federais da controlada indireta Imburana Macho encontram-se parcelados junto à Receita Federal do Brasil, em conformidade com as disposições da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002. O parcelamento foi celebrado na modalidade ordinária, prevendo a quitação dos valores devidos em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, observadas as condições e encargos legais aplicáveis. A Companhia avalia antecipar este débito como parte de sua estratégia de otimização financeira.

15. Contas a pagar – CCEE

	Passivo	
	30/09/2026	31/12/2025
CCEE		
Circulante	82.634	71.913
Não circulante	300.124	239.699
Total	382.758	311.612

Do saldo apresentado no quadro acima, R$27.186 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e serão pagos conforme divulgado na nota 1.2 veja composição e movimentação nos quadros abaixo:

15.1. Movimentação

A movimentação está apresentada a seguir:

	31/12/2025	Resultado	Amortização	Atualização	Reclassificação [iii]	30/09/2026
Ressarcimento CCEE [i]	115.924	71.747	-	-	(60.536)	127.135
Despacho 2.303 [ii]	166.620	-	-	1.281	60.536	228.437
Fornecedores a pagar CCEE PRJ	29.068	-	(2.050)	168	-	27.186
Total do passivo	311.612	71.747	(2.050)	1.449	-	382.758

	31/12/2024	Resultado	Amortização	Atualização	Reclassificação [iii]	30/09/2025
Ressarcimento CCEE [i]	103.841	57.339	-	1.220	(50.670)	111.730
Despacho 2.303 [ii]	95.679	-	-	1.218	50.670	147.567
Fornecedores a pagar CCEE PRJ [iii]	31.727	-	(1.365)	38	(1.512)	28.886
Total do passivo	231.247	57.339	(1.365)	2.476	(1.512)	288.185

(i) Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.

(ii) Provisão oriunda da suspensão dos ressarcimentos estabelecidos nos Contratos de Energia de Reserva. Essa suspensão foi determinada pela ANEEL por meio do Despacho nº 2.303/2019 que ordenou à CCEE que procedesse com a referida suspensão da compensação relativa aos anos contratuais apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off (situações de corte de geração quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas eólicas). Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões normalmente nos exercícios supracitados.

(iii) O valor conciliado de R$ 1.513 refere-se à reclassificação entre contas (contas a pagar CCEE PRJ e fornecedores PRJ).

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

16. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Apresentados como:				
Circulante	4.145	4.145	7.838	8.227
Não circulante	109.863	100.445	162.397	156.481
Total	114.008	104.590	170.235	164.708

Abertura de outras contas a pagar:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Passivo com a CEMIG GT*	110.349	101.081	110.349	101.081
Valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú (Classe III)	-	-	3.533	13.578
Indenizações de seguro-garantia, em favor da ANEEL, decorrentes do cancelamento das outorgas dos parques do Complexo Eólico AS III Fase A." (classe III)	-	-	142	531
Processos cíveis, que compõem os credores Classe III	324	324	324	324
Processos cíveis, em razão da rescisão unilateral do contrato pela Light (Classe III)	-	-	52.534	45.991
Outros	3.335	3.185	3.353	3.203
	114.008	104.590	170.235	164.708

Nota (*) Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	DIP 4	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	25/10/2019	
Valor	10.000	6.500	20.000	5.000	41.500
Atualização	100%DI + 1,083% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 1,5% a.a.	100%DI + 0,00% a.a.	
Vencimento	31/08/2035	31/08/20235	31/08/2035	31/08/2035	
Saldo em 30 de setembro de 2026	27.418	18.162	55.652	9.117	110.349

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada a 10% sobre o valor total vencido originalmente, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

17. Provisão para processos judiciais

Em 30 de setembro de 2026, o saldo da provisão da controladora para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R$15.009 (em dezembro de 2025, R$41.209), sendo R$559 (em dezembro de 2025, R$559) cíveis, R$1.753 (em dezembro de 2025, R$2.436) trabalhistas, R$12.018 (em dezembro de 2025, R$37.535) fiscais e R$679 (em dezembro de 2025, R$679) administrativas.

A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 30 de setembro de 2026:

	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	559	2.436	37.535	679	41.209
Adição	68	-	594	-	662
Baixa	(68)	(683)	(26.111)	-	(26.862)
Saldos em 30 de setembro de 2026	559	1.753	12.018	679	15.009

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

	Controladora				
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.659	2.456	120.791	690	129.596
Adição	253	5.708	3.772	123	9.856
Baixa	(2.096)	(1.050)	(87.561)	(211)	(90.918)
Saldos em 30 de setembro de 2025	3.816	7.114	37.002	602	48.534

Em 30 de setembro de 2026, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R$15.264 (em dezembro de 2025, R$87.042), sendo R$814 (em dezembro de 2025, R$815) cíveis, R$ 1.753 (em dezembro de 2025, R$2.436) trabalhistas, R$12.018 (em dezembro de 2025, R$37.535) fiscais, R$679 (em dezembro de 2025, R$679) administrativas. A provisão regulatória, de R$ 45.577 em 31 de dezembro de 2025, foi integralmente revertida no período, apresentando saldo nulo em 30 de setembro de 2026, conforme detalhado adiante.

A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 30 de setembro de 2026:

	Consolidado					
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	815	2.436	37.535	679	45.577	87.042
Adição	68	-	594	-	1.630	2.292
Baixa	(69)	(683)	(26.111)	-	(47.207)	(74.070)
Saldos em 30 de setembro de 2026	814	1.753	12.018	679	-	15.264

	Consolidado					
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.915	2.456	120.791	690	31.293	161.145
Adição	325	6.038	4.073	189	14.505	25.130
Baixa	(2.096)	(3.014)	(87.562)	(268)	(171)	(93.111)
Saldos em 30 de setembro de 2025	4.144	5.480	37.302	611	45.627	93.164

Prováveis

i. Cíveis – as ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R$814, referem-se substancialmente a execução de título extrajudicial movida por prestador de serviços (R$643) e, em menor proporção, a ações de rescisão de contratos de arrendamento, ações de cobrança e ações possessórias.

ii. Regulatório - em 2022, a ANEEL aplicou às controladas do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A penalidades de multa editalícia (Despachos nºs 2.001 a 2.012/2022-SFG), no montante de R$31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação. A Companhia exauriu a esfera administrativa, sem sucesso, tendo as penalidades sido mantidas pelo Despacho ANEEL nº 2.035/2025. Em 12 de agosto de 2025, a Companhia ajuizou ação sob o rito ordinário (processo nº 1093643-38.2025.4.01.3400, em trâmite perante a 13ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal), visando liminarmente suspender a exigibilidade e, ao final, anular a multa editalícia, tendo sido concedida liminar determinando a suspensão imediata da multa. A ANEEL interpôs agravo de instrumento (nº 1036962-63.2025.4.01.0000) perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, pendente de julgamento definitivo. Considerando que os assessores jurídicos classificam o prognóstico de perda como possível, a provisão anteriormente constituída (R$45.577 em 31 de dezembro de 2025) foi integralmente revertida no período, estando o valor atualizado da causa, de R$4.624, incluído no montante de contingências possíveis divulgado abaixo

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

iii. Fiscal – provisionado o valor de R$12.018 em 30 de setembro de 2026 (R$37.535 em 31 de dezembro de 2025) decorrente do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (processo administrativo nº 16004.720155/2019-84) abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de "IRPJ" sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais.
Após a improcedência de sua defesa em primeira instância administrativa, a Companhia interpôs Recurso Voluntário, cujo julgamento no CARF ocorreu em 21 de fevereiro de 2024, tendo sido disponibilizado o acórdão em 25 de setembro de 2025. Relativamente ao IRPJ e CSLL a Companhia opôs embargos declaratórios, pendentes de julgamento. Quanto ao IRRF e multa de ofício, a Companhia tem adotado todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, estando a exigibilidade suspensa. Em 7 de julho de 2026, foi deferido o pagamento à vista do valor principal do IRRF mediante utilização de créditos de prejuízo fiscal (vide nota 1.1.6), permanecendo a multa de ofício de 25% relativa ao IRRF em discussão judicial. No período findo em 30 de setembro de 2025, a redução de R$ 87.505 decorreu do estorno parcial da provisão, realizado com base na avaliação jurídica.

iv. Administrativas – provisionado o valor de R$679 em 30 de setembro de 2026 (R$679 em 31 de dezembro de 2025), referente a autos de infração ambientais lavrados pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA em face da Companhia, em discussão na esfera administrativa.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos contingentes no montante aproximado de R$64.529 (30 de setembro de 2025, R$337.304), sendo R$53.856 (30 de setembro de 2025, R$310.292) cíveis, R$93 (30 de setembro de 2025, R$932) administrativas, R$870 fiscais, R$2.013 trabalhistas (30 de setembro de 2025, R$7.730) e R$12.321regulatórios (30 de setembro de 2025 R$ 18.350), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o período findo em 30 de setembro de 2026.

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

a) Processos de natureza predominantemente fundiária – em sua maioria ações de rescisão de contratos de arrendamento, além de ações de constituição de servidão, possessórias, indenizatórias e de obrigação de fazer –, bem como ações de cobrança e de execução de título extrajudicial, cujo montante total corresponde a R$53.856, para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. Desse montante, R$39.724 referem-se à ação de cobrança movida por arrendantes, em trâmite na Comarca de Caetité/BA, na qual se pleiteia multa contratual relativa a contratos de arrendamento do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, sendo os demais processos bastante pulverizados. Eventuais condenações relativas a créditos de natureza concursal serão quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

17.1. Riscos relacionados à conformidade com leis e regulamentos

A Companhia informa que não houve movimentação relevante nos Inquéritos Policiais relacionados à denominada Operação "E o Vento Levou", tampouco na Ação Penal em curso perante a Justiça Federal de São Paulo. Vale ressaltar que a Companhia não figura como ré na referida Ação Penal, a qual segue seu curso regular, e os Inquéritos Policiais dizem respeito a situações pretéritas e pessoas físicas sem vínculo com a atual administração da Renova Energia.

A Companhia está acompanhando os desdobramentos do caso e permanece à disposição das autoridades para colaborar com as investigações ainda em curso.

A Companhia mantém seu programa de integridade, cuja missão é garantir a observância de normas e procedimentos internos, bem como fortalecer uma cultura de integridade baseada na gestão e no monitoramento de riscos, contribuindo assim para a proteção de seu patrimônio e de sua imagem.

Reforçando seu compromisso com a integridade nos negócios, a Companhia tem investido em diversos planos de ação e realizado todos os atos necessários para conservar seus direitos, boa reputação e imagem, a saber:

i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades;
ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias;
iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos relacionados à contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
iv. Monitoramento anual de terceiros de alto risco;
v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD;
vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades;
vii. Aplicação de medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta;
ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e ao Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal, conforme o caso;
x. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar *malware* e *ransomware,* bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, e assegura a conformidade com a LGPD; e

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia.
Tais medidas complementam as atitudes e o comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia e práticas ESG.
Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia, destacamos abaixo algumas ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso pipeline de iniciativas:

a) Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.
b) Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais).
c) Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores.
d) Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseado em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.
e) Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

18. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R$5.002.000.

b) Aumento de Capital e Grupamento de ações

O Conselho de Administração aprovou em 28 de abril de 2025 a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Aumento de Capital foi homologado no valor atualizado dos créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, correspondente a R$534.475, e representado por 494.883.865 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, emitidas ao preço unitário de R$1,08.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações pré-grupamento para 1 (uma) ação pós-grupamento, sem modificação no capital social da Companhia, nos termos da proposta da administração para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, divulgada pela Companhia no dia 28 de março de 2025.

Em razão disso, o capital social da Companhia, no valor de R$4.704.869, passou a ser dividido em 372.183.910 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 309.812.923 ações ordinárias e 62.370.987 ações preferenciais, a partir da efetivação do grupamento.

Em 18 de setembro de 2025, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital da Companhia aprovado em 31 de julho de 2025, no valor de R$ 2.010, correspondente à atualização dos créditos detidos por credores contra a Companhia. Esse aumento foi efetivado mediante a emissão de 930.690 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R$ 2,16 por ação.

Em 15 de julho de 2026, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital da Companhia aprovado em 30 de março de 2026, no valor de R$ 1.788,48. Esse aumento foi efetivado mediante a emissão de 828 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R$ 2,16 por ação.

c) Capital social

Em 30 de setembro de 2026, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R$4.706.881 dividido em 373.115.428 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 310.744.441 ações ordinárias e 62.370.987 ações preferenciais.

	Ações ON		Ações PN		Total	% do Capital
RENOVA ENERGIA	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**de ações**	**social total**
Bloco de Controle	251.894.751	81,06%	-	0,00%	251.894.751	67,51%
FIP VC ENERGIA II	225.888.738	72,69%	-	0,00%	225.888.738	60,54%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	7.557.685	2,43%	-	0,00%	7.557.685	2,03%
FIP Macaúbas	5.606.638	1,80%	-	0,00%	5.606.638	1,50%
Renato do Amaral Figueiredo (i)	12.841.690	4,13%	-	0,00%	12.841.690	3,44%
Outros Acionistas	58.849.690	18,94%	62.370.987	100,00%	121.220.677	32,49%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	33.272.563	10,71%	34.053.635	54,60%	67.326.198	18,04%
FIP Macaúbas	2.896.081	0,93%	2.466.966	3,96%	5.363.047	1,44%
Free Float	22.681.046	7,30%	25.850.386	41,45%	48.531.432	13,01%
Total	310.744.441	100,00%	62.370.987	100,00%	373.115.428	100,00%

(i) Conforme Comunicado ao Mercado de 21 de agosto de 2026, divulga no site da companhia.

d) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros das operações de aumento de capital.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

19. Receita líquida

	Consolidado			
	3º Trimestre			
	2026	2025	2026	2025
	MWh*	MWh*		
Geração				
Receita gerada de energia elétrica			42.212	50.236
Receita de Arrendamento e outros			314	-
Ressarcimento sobre geração de energia elétrica			(31.046)	(25.382)
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	334.637	328.504	11.480	24.854
Comercialização				
Operações - comercialização de energia elétrica e outros			73.837	139.664
			73.837	139.664
Processamento de Dados				
Serviço de Hospedagem			51.830	-
			51.830	-
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(17.642)	(20.638)
Total			119.505	143.880

	Consolidado			
	Acumulado 9 meses			
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
	MWh*	MWh*		
Geração				
Receita gerada de energia elétrica			138.887	136.259
Receita de Arrendamento e outros			726	-
Ressarcimento sobre geração de energia elétrica			(71.747)	(57.339)
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	782.206	800.915	67.866	78.920
Comercialização				
Operações - comercialização de energia elétrica e outros			242.552	353.179
			242.552	353.179
Processamento de Dados				
Serviço de Hospedagem			101.119	-
			101.119	-
Deduções s/ receitas:				
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(50.700)	(54.199)
Total			360.837	377.900

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

No acumulado de 2026, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R$ 360,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, redução de 4,5% em relação aos R$ 377,9 milhões apurados no mesmo período de 2025. A variação decorre principalmente da redução de 31,3% na receita antes das deduções do segmento de Comercialização, em razão da queda do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no período. Também contribuiu a redução de 14,0% na receita antes das deduções do segmento Eólico, decorrente do menor recurso eólico, com velocidade média do vento 13,0% inferior à do mesmo período do ano anterior, e de evento não recorrente de manutenção. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo desempenho das demais linhas de receita da Companhia.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

20. Custos e despesas por natureza

	3º Trimestre	
	Consolidado	
	2026	2025
Custo dos serviços		
Compra de energia[i]	(35.468)	(87.642)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(16.334)	(15.409)
Seguros	(2.001)	(2.010)
Material de uso e consumo	(4.097)	(1.179)
Outros custos	(56)	(26)
	(22.488)	(18.624)
Depreciações e amortizações [ii]	(38.739)	(25.084)
Encargos do uso do sistema de distribuição		
Tusd/Tust [iii]	(7.448)	(5.687)
Taxa de fiscalização	(672)	(581)
	(8.120)	(6.268)
Total	(104.815)	(137.618)

	Acumulado 9 meses	
	Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025
Custo dos serviços		
Compra de energia[i]	(152.795)	(243.658)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(42.322)	(41.839)
Seguros	(5.937)	(6.399)
Material de uso e consumo	(9.850)	(4.318)
Outros custos	(71)	(142)
	(58.180)	(52.698)
Depreciações e amortizações [ii]	(108.983)	(74.892)
Encargos do uso do sistema de distribuição		
Tusd/Tust [iii]	(21.098)	(16.001)
Taxa de fiscalização	(2.069)	(1.788)
	(23.167)	(17.789)
Total	(343.125)	(389.037)

(i) Refere-se à aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.
(ii) Depreciação líquida de PIS/COFINS.
(iii) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

	3º Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	(1.463)	(2.707)	(10.001)	(9.727)
Serviços de terceiros	(119)	205	(33.274)	(5.622)
Seguros	-	-	(127)	(124)
Telefonia e TI	(6)	(938)	(722)	(1.470)
Viagens	(281)	(169)	(466)	(406)
Impostos e taxas	(92)	(119)	(651)	(157)
Material de uso e consumo	(18)	(18)	(125)	(217)
Aluguéis e arrendamentos	(30)	240	(47)	(43)
Contingências cíveis, trabalhistas e demais[(i) (iv)]	25.795	132	25.794	132
Outras despesas	(77)	146	(186)	70
	23.709	(3.228)	(19.805)	(17.564)
Depreciações e amortizações	(942)	(820)	(1.008)	(929)
Outras receitas				
Outras(receitas) [(ii) (iii)]	38	21.117	6.673	21.078
	38	21.117	6.673	21.078
Total	22.805	17.069	(14.140)	2.585

	Acumulado 9 meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	(5.556)	(7.448)	(26.642)	(30.354)
Serviços de terceiros	(472)	2.338	(38.811)	(13.585)
Seguros	-	-	(1.198)	(433)
Telefonia e TI	(21)	(78)	(2.543)	(2.136)
Viagens	(737)	(468)	(1.378)	(1.535)
Impostos e taxas	(197)	(550)	(3.029)	(1.272)
Material de uso e consumo	49	61	(366)	(544)
Aluguéis e arrendamentos	(89)	664	(193)	(156)
Contingências cíveis, trabalhistas e demais[(i) (iv)]	25.835	78.636	69.799	78.636
Outras despesas	(105)	153	(735)	(165)
	18.707	73.308	(5.096)	28.456
Depreciações e amortizações	(2.586)	(2.599)	(2.820)	(2.919)
Outras (receitas) despesas				
Outras despesas (receitas) [(ii) (iv)]	29	20.815	30.432	20.998
	29	20.815	30.432	20.998
Total	16.150	91.524	22.516	46.535

(i) Nota explicativa 17 item ii para 2025 e Nota explicativa 1.1.6 para 2026
(ii) Ganho de R$ 17.500 em distratos bilaterais de contratos de comercialização no 1º trimeste de 2026
(iii) Reconhecimento de receita diferida referente ao adiantamento para importação de bens de contratos de comodato nota explicativa 10.12
(iv) Contingências cíveis, trabalhistas, fiscais, administrativas e regulatórias.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

21. Receitas financeiras e despesas financeiras

	Nota explicativa	3º Trimestre			
		Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		392	631	1.726	2.915
Variação cambial ativa		-	-	1.142	-
Outras receitas financeiras		11	151	18	180
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira [(i)]		(13)	(36)	(79)	(112)
Total das receitas financeiras		390	746	2.807	2.983
Despesas financeiras					
Encargos da dívida PRJ Classe II	13	(1.224)	(1.238)	(24.649)	(27.183)
Encargos do DIP		(4.260)	(3.678)	(4.191)	(3.905)
Encargos PRJ Classe III		(379)	(3.378)	(1.577)	(5.374)
Apropriação de custos de captações		(18)	(18)	(615)	(613)
Atualização monetária contencioso		485	(639)	485	(10.903)
Juros sobre obrigação de arrendamento	11	(558)	(184)	(3.459)	(695)
Juros sobre provisão para desmantelamento		-	-	(395)	(396)
IOF		(63)	(215)	(585)	(604)
Variação cambial passiva		-	-	(1.728)	-
Outras despesas financeiras		(169)	(215)	155	(414)
Total das despesas financeiras		(6.186)	(9.565)	(36.559)	(50.087)
Total do resultado financeiro		(5.796)	(8.819)	(33.752)	(47.104)

	Nota explicativa	Acumulado de 09 meses			
		Controladora		Consolidado	
		30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		1.158	1.349	5.881	9.524
Juros - partes relacionadas	23	-	-	-	14
Variação cambial ativa		-	-	10.520	-
Outras receitas financeiras		(53)	7	(164)	162
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira [(i)]		(57)	(80)	(1.192)	(232)
Total das receitas financeiras		1.048	1.276	15.045	9.468
Despesas financeiras					
Encargos da dívida PRJ Classe II	13	(3.464)	(3.318)	(74.217)	(89.396)
Juros sobre debêntures	13	-	(346)	-	-
Encargos do DIP		(12.318)	(9.970)	(12.157)	(9.957)
Encargos PRJ Classe III		(709)	(20.316)	(5.336)	(9.126)
Apropriação de custos de captações	13	(53)	(53)	(1.754)	(1.837)
Atualização monetária contencioso		310	1.704	270	(12.592)
Juros sobre obrigação de arrendamento	11	(975)	(1.268)	(9.342)	(2.612)
Juros sobre provisão para desmantelamento		-	-	(1.187)	(1.188)
IOF		(153)	(312)	(1.451)	(1.411)
Variação cambial passiva		-	-	(8.995)	-
Outras despesas financeiras		(381)	(531)	(2.051)	(1.880)
Total das despesas financeiras		(17.743)	(34.410)	(116.220)	(129.999)
Total do resultado financeiro		(16.695)	(33.134)	(101.175)	(120.531)

(i) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

22. Imposto de renda e contribuição social

	3º Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(32.672)	(44.583)	(28.300)	(44.773)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	11.108	15.159	9.622	15.223
Exclusões (adições) permanentes				
Receitas e (despesas) não dedutíveis	(964)	8.032	(976)	6.989
Resultado da equivalência patrimonial	(17.271)	(17.953)	-	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(23.238)	(4.966)
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	7.079	(2.781)	18.375	(5.330)
Prejuízo fiscal e base negativa	48	(2.457)	(8.155)	(11.726)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	-	(4.372)	190
IR e CS Correntes	-	-	(3.662)	(2.833)
IR e CS Diferidos	-	-	(710)	3.023
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	(4.372)	190

	Acumulado de 9 meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(72.598)	(102.343)	(64.638)	(103.741)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	24.683	34.797	21.977	35.272
Exclusões (adições) permanentes				
Receitas e (despesas) não dedutíveis	(3.113)	3.963	(3.303)	3.533
Resultado da equivalência patrimonial	(24.497)	(54.869)	-	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(15.059)	(4.355)
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	3.484	23.498	13.574	16.175
Prejuízo fiscal e base negativa	(557)	(7.389)	(25.149)	(49.227)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	-	(7.960)	1.398
IR e CS Correntes	-	-	(11.425)	(6.966)
IR e CS Diferidos	-	-	3.465	8.364
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	(7.960)	1.398
Taxa efetiva			(12,31%)	1,35%

A controladora não apurou lucro tributável no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	30/09/2026	31/12/2025
Lucro (Prejuízo) fiscal do período	(1.638)	(22.685)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores		-
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	(577.096)	(554.444)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(578.734)	(577.129)

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

23. Transações com partes relacionadas

23.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Receitas e (despesas) financeiras		Receitas / Despesa	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Mútuo[i]								
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	1.036	1.013	(15)	(11)	-	-
Centrais Eólicas Jatai S.A.	-	-	722	705	(11)	-	-	-
Centrais Eólicas Abil S.A.	-	-	1.036	1.013	(15)	(9)	-	-
Centrais Eólicas Angico S.A.	-	-	6	404	(4)	-	-	-
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A.	-	-	2.229	1.688	(25)	(11)	-	-
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	-	-	1.435	-	(10)	-	-	-
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Centrais Eólicas Angelin S.A.	-	-	303	-	(1)	(1)	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	-	-	7.644	4.550	(81)	(126)	-	-
Subtotal	-	-	14.411	9.373	(162)	(159)	-	-
Resgate de ações[ii]								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	9.750	12.937	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	-	5.374	-	-	-	-	-	-
Rateio de despesa[iii]								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	3.978	2.669	-	-	-	-	10.678	6.265
Controladas - LER 2013	9.709	1.128	-	-	-	-	18.105	10.622
Controladas - LER 2014	2.139	319	-	-	-	-	5.134	3.012
Controladas - ACL (Mercado Livre I)	12.934	5.278	-	-	-	-	19.897	11.673
Subtotal	28.760	9.394	-	-	-	-	53.814	31.572
Outros créditos[iv]								
Diamantina Eólicas Participações S.A.	15.336	26.215	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Amescla S.A.	11.211	12.965	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	5.947	10.268	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	1.022	1.022	-	-	-	-
Centrais Eólicas Acácia S.A.	-	-	233	533	-	-	-	-
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	-	-	-	536	-	-	-	-
Centrais Eólicas Facheio S.A.	-	-	-	535	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A	-	-	250	250	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	-	357	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itaparica Ltda	-	-	27.233	27.253	-	-	-	-
	32.494	49.448	28.738	30.486	-	-	-	-
Total	71.004	77.153	43.149	39.859	(162)	(159)	53.814	31.572
Apresentados como								
Circulante	28.760	8.905	-	-				
Não circulante	42.244	68.248	43.149	39.859				
	71.004	77.153	43.149	39.859				

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

23.2. Movimentação

	Controladora	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2024	64.936	30.593
Adição	49.135	15.000
Encargos financeiros provisionados	-	(22)
Amortização	(39.515)	(9.133)
Saldos em 30 de setembro de 2025	74.556	36.438
Saldos em 31 de dezembro de 2025	77.153	39.859
Adição	53.815	5.173
Encargos financeiros provisionados	-	270
Amortização	(56.777)	(2.153)
Resgate de ações - Alto Sertão	(3.187)	-
Saldos em 30 de setembro de 2026	71.004	43.149

23.3. Resumo das operações com partes relacionadas

As principais condições relacionadas às operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

i) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela Taxa Referencial.

ii) Resgate de ações é quando a empresa retira e extingue definitivamente parte de suas próprias ações, pagando aos controladores o valor correspondente, geralmente usando lucros ou reservas, sem precisar reduzir o capital social.

iii) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.

iv) Refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela Companhia do fornecedor GE Energia Renováveis ltda. para determinadas controladas indiretas com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III – Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017.

23.4. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e de 2025, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R$6.231 e R$10.594, respectivamente, valores compostos substancialmente por benefícios de curto prazo.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/09/2026				
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Total
Número de membros remunerados	3,33	1,78	5,11	8,00	13,11
Remuneração fixa acumulada	2.661	1.441	4.102	1.052	5.154
Salário ou pró-labore	2.222	1.271	3.493	1.052	4.545
Benefícios diretos e indiretos	439	170	609	-	609
Remuneração variável acumulada	977	(143)	834	-	834
Bônus	124	-	124	-	124
Provisão Programa de participação no resultado	853	(143)	710	-	710
Benefícios pós emprego	-	54	54	-	54
Benefícios motivados pela cessação do cargo	-	189	189	-	189
Valor total da remuneração por órgão*	3.638	1.541	5.179	1.052	6.231

	30/09/2025				
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Total
Número de membros remunerados	3,56	4,11	7,67	7,11	14,78
Remuneração fixa acumulada	2.914	2.488	5.402	959	6.361
Salário ou pró-labore	2.454	2.161	4.615	959	5.574
Benefícios diretos e indiretos	460	327	787	-	787
Remuneração variável acumulada	2.413	1.022	3.435	-	3.435
Bônus	740	-	740	-	740
Provisão Programa de participação no resultado	1.673	1.022	2.695	-	2.695
Benefícios pós emprego	22	17	39	-	39
Benefícios motivados pela cessação do cargo	759	-	759	-	759
Valor total da remuneração por órgão*	6.108	3.527	9.635	959	10.594

Nota (*): Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP

Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/09/2026			30/09/2025		
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração
Número de membros	3,33	1,78	8,00	3,56	4,11	7,11
Valor da maior remuneração individual	1.342	847	135	1.898	1.135	135
Valor da menor remuneração individual*	959	465	135	1.374	769	135
Valor médio de remuneração individual	1.091	867	132	1.718	858	135

Nota (*): o valor da menor remuneração individual de cada órgão foi calculado considerando a exclusão de todos os membros que não exerceram o cargo por todos os meses do exercício apurado, conforme orienta o Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP. A remuneração da administração ficou dentro dos montantes aprovados em assembleia geral ordinária e o conselho fiscal atendeu aos requisitos de LSA.

Foi aprovado, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026, o montante de até R$12.133 para a remuneração global dos administradores no exercício de janeiro a dezembro de 2026.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
Ativos financeiros	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.703	141	1.703	141
Partes relacionadas	28.760	8.905	28.760	8.905
Aplicações financeiras	12.408	11.352	12.408	11.352
Não circulante				
Partes relacionadas	42.244	68.248	42.244	68.248
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	40.963	16.472	40.963	16.472
Empréstimos e financiamentos	3.150	2.055	3.150	2.055
Adiantamentos de clientes	100	98	100	98
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	1.000	1.000
Não circulante				
Fornecedores	53.141	56.700	53.141	56.700
Empréstimos e financiamentos	32.049	31.935	32.049	31.935
Partes relacionadas	43.149	39.859	43.149	39.859
DIP Cemig (outras contas a pagar)	109.349	100.081	109.349	100.081

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
Ativos financeiros	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	34.030	35.730	34.030	35.730
Aplicações financeiras	33.354	36.644	33.354	36.644
Contas a receber de clientes	52.827	68.488	52.827	68.488
Compromissos futuros	57.501	89.629	57.501	89.629
Não circulante				
Compromissos futuros	152.529	169.991	152.529	169.991
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	90.356	107.733	90.356	107.733
Empréstimos e financiamentos	55.216	44.249	55.216	44.249
Contas a pagar - CCEE	82.634	71.913	82.634	71.913
Compromissos futuros	30.897	53.205	30.897	53.205
Adiantamentos de clientes	56.116	15.683	56.116	15.683
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	1.000	1.000
Não circulante				
Fornecedores	111.898	114.774	111.898	114.774
Empréstimos e financiamentos	690.232	693.193	690.232	693.193
Contas a pagar - CCEE	300.124	239.699	300.124	239.699
Compromissos futuros	65.522	89.113	65.522	89.113
Adiantamentos de clientes	16.109	-	16.109	-
DIP Cemig (outras contas a pagar)	109.349	100.081	109.349	100.081

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Controladora			
	30/09/2026		31/12/2025	
Ativos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.703	-	141	-
Partes relacionadas	-	28.760	-	8.905
Aplicações financeiras (restritas)				
Não circulante	12.408	-	11.352	-
Partes relacionadas		42.244		68.248
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	40.963	-	16.472
Empréstimos e financiamentos	-	3.150	-	2.055
Adiantamentos de clientes	-	100	-	98
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	53.141	-	56.700
Empréstimos e financiamentos	-	32.049	-	31.935
Partes relacionadas	-	43.149	-	39.859
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	109.349	-	100.081

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

	Consolidado			
	30/09/2026		31/12/2025	
Ativos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	34.030	-	35.730	-
Aplicações financeiras	33.354	-	36.644	-
Contas a receber de clientes	-	52.827	-	68.488
Compromissos futuros	57.501	-	89.629	-
Não circulante				
Compromissos futuros	152.529	-	169.991	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	90.356	-	107.733
Empréstimos e financiamentos	-	55.216	-	44.249
Contas a pagar - CCEE	-	82.634	-	71.913
Compromissos futuros	30.897	-	53.205	-
Adiantamentos de clientes	-	56.116	-	15.683
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	111.898	-	114.774
Empréstimos e financiamentos	-	690.232	-	693.193
Contas a pagar - CCEE	-	300.124	-	239.699
Compromissos futuros	65.522	-	89.113	-
Adiantamentos de clientes	-	13.958	-	-
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	109.349	-	100.081

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

		Valor justo em 30 de setembro de 2026		
Descrição	Saldo em 30/09/2026	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	57.655	57.655	-	-
MTM	113.611	113.611	-	-

		Valor justo em 31 de dezembro de 2025		
Descrição	Saldo em 31/12/2025	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	60.690	60.690	-	-
MTM	117.302	117.302	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 30 de setembro de 2026 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No período findo em 30 de setembro de 2026 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto em praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 13 possuem como contrapartes o BNDES, Lumina Capital Management e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de setembro de 2026, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de setembro de 2026, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
	Taxa CDI efetiva em 30 de setembro de 2026	14,46%	14,46%	14,46%
	Taxa IPCA efetiva em 30 de setembro de 2026	4,58%	4,58%	4,58%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	57.654	57.654	57.65
	Taxa anual estimada do CDI para 2026	14,46%	10,85%	7,23%
	Perda anual nas aplicações financeiras	-	(2.107)	(4.213)
Alta do CDI	Empréstimos:	839.056	839.056	839.056
	Taxa anual estimada do CDI para 2026	14,46%	18,08%	21,69%
	Perda anual nos empréstimos e partes relacionadas	-	(29.883)	(59.765)
Queda do IPCA	MtM:	113.611	113.611	113.611
	Taxa anual estimada do IPCA para 2026	4,58%	3,44%	2,29%
	Perda anual nos compromissos futuros	-	(1.301)	(2.602)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 14,46%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (10,85% a.a.) e 50% (7,23% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e outras operações que são vinculados à taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (18,08% a.a.) e 50% (21,69% a.a.). O mesmo procedimento é aplicado aos compromissos futuros de marcação ao mercado e outras operações que são vinculados a taxa IPCA, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 4,58%, considerando um aumento dessa taxa em 25% (3,44% a.a.) e 50% (2,29% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 13.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

g) Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

Instrumentos a taxa de juros	Consolidado 30/09/2026			
	De 1 mês a 12 meses	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Classe II	43.644	178.442	506.623	728.709
Classe III	13.424	82.282	112.039	207.745
Extraconcursal	1.474	8.906	25.468	35.848
Total	58.542	269.630	644.130	972.302

h) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

Ativos financeiros	Nota	Valor contábil Consolidado 30/09/2026	31/12/2025
Circulante			
Contas a receber de clientes	7	52.827	68.488

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 30 de setembro de 2026 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

i) Valor justo dos contratos de energia (consolidado)

Os contratos celebrados pela Renova Comercializadora visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

No período findo em 30 de setembro de 2026, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou negativamente o lucro bruto no montante de R$3.691 substancialmente pela atualização da curva de preços, (no período findo em 30 de setembro de 2025 impactou negativamente em R$19.266).

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

	Hierarquia	30/09/2026	31/12/2025
Ativos			
Circulante	Nível 1	57.501	89.629
Não circulante	Nível 1	152.529	169.991
		210.030	259.620
Passivos			
Circulante	Nível 1	(30.897)	(53.205)
Não circulante	Nível 1	(65.522)	(89.113)
		(96.419)	(142.318)
Total		113.611	117.302

	30/09/2026	30/09/2025
Saldo inicial	117.302	115.068
Compromissos futuros marcação a mercado	(3.691)	(19.266)
Saldo final	113.611	95.802
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	1.255	6.550

A mensuração dos compromissos futuros impacta os passivos diferidos conforme apresentado a seguir:

	30/09/2026			
	Ativo	Passivo	Total	Resultado
Circulante	57.501	(30.897)	26.604	(9.820)
Não circulante	152.529	(65.522)	87.007	6.129
	210.030	(96.419)	113.611	(3.691)
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(71.410)	32.782	(38.628)	1.255

	31/12/2025			
	Ativo	Passivo	Total	Resultado
Circulante	89.629	(53.205)	36.424	36.424
Não circulante	169.991	(89.113)	80.878	80.878
	259.620	(142.318)	117.302	117.302
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(88.271)	48.388	(39.883)	(39.883)

j) Gestão de capital

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

25. Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2026	2025	30/09/2026	30/09/2025
Lucro (prejuízo) do período	(32.672)	(44.583)	(72.598)	(102.343)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:				
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	373.115	372.801	373.115	372.801
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R$)	(0,09)	(0,12)	(0,19)	(0,27)

26. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 30 de setembro de 2026 é como segue:

Risco de operação			
		Vigência	
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Início	Fim
Riscos operacionais ASIII	5.577.514	30/06/2026	31/12/2027
Riscos operacionais Datacenter	1.000.700	01/09/2026	31/12/2027
Responsabilidade Civil Geral	50.000	30/11/2025	30/11/2026
Fiança bancária	3.763	28/02/2026	28/02/2027
Fiança bancária	2.370	14/09/2026	14/09/2027

Risco de administração e portfólio			
		Vigência	
Objeto da Garantia	Importância Segurada	Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	60.000	31/01/2026	31/01/2027
Seguro empresarial dos escritórios	8.230	07/11/2025	07/11/2027
Seguro de riscos diversos - TORRES	915	07/11/2025	07/11/2027
Seguro de riscos diversos - NOTEBOOKS	759	02/06/2026	02/06/2027
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	5.000	29/04/2026	29/04/2027
Fiança Locatícia	1.000	18/08/2025	27/11/2028
Fiança bancária	11.500	30/09/2026	30/09/2027

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das informações trimestrais individuais e consolidadas e, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.

27. Transações não envolvendo caixa

No período findo em 30 de setembro de 2026, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Aumento de capital em controladas com capitalização de crédito de terceiros		-	56.251	-	536.485
Aumento de capital em controladas		-	480.234	-	-
Direito de uso – arrendamento	11	4.247	4.993	41.299	6.625
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	10	4.384	4.478	4.384	5.051
Efeito da conciliação imobilizado – fornecedor	12	10	-	(2)	7
Ações resgatáveis - Partes relacionadas		-	22.937	-	-
Transferência entre Partes relacionadas e a pagar e Fornecedor	23.2	20.219	-	-	-

28. Eventos Subsequentes

28.1. Recebimento de Indenização de Seguro

Em 21 de outubro de 2026, a Companhia recebeu o montante de R$ 3.326 mil, correspondente ao saldo final da indenização securitária relacionada ao sinistro ocorrido em 17 de janeiro de 2024 no aerogerador IBM5, localizado no Parque Eólico Imburana Macho.

A indenização líquida totalizou R$ 28.917 mil sendo desse montante, R$ 25.590 mil haviam sido recebidos anteriormente, sendo R$ 10.000 mil a título de adiantamentos e R$ 15.590 mil referentes ao valor incontroverso recebido em janeiro de 2026.

O recebimento do saldo remanescente de R$ 3.326 mil, ocorrido após a data-base destas informações contábeis intermediárias, encerrou o processo de regulação do sinistro. O valor refere-se aos montantes que permaneciam em discussão com a seguradora relacionados à indenização de PIS e COFINS, anteriormente glosada, e à restituição de retenção no montante de R$ 941 mil.

28.2. Alteração do indexador dos Créditos com Garantia Real (Classe II)

Em 26 de outubro de 2026, a Renova Energia S.A. e a Diamantina Eólica Participações S.A. notificaram os credores com garantia real (Classe II), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e LCM Ragnarok Fundo de Investimento em Participações, sobre o exercício do direito de alteração do indexador de remuneração dos respectivos créditos, conforme previsto nos instrumentos que regulam essas obrigações.

A partir dessa data, os referidos créditos, cujo saldo em 30 de setembro de 2026 era de R$ 728,7 milhões, deixaram de ser remunerados a 100% do CDI e passaram a ser atualizados pela variação do IPCA, acrescida de juros de 7,2571% ao ano.

A Administração avaliou o evento nos termos do CPC 24 – Evento Subsequente e concluiu que se trata de evento subsequente que não origina ajustes nas informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2026, uma vez que a alteração do indexador ocorreu após a data-base.

Na data de autorização para emissão destas informações contábeis intermediárias, não era praticável estimar de forma confiável o efeito financeiro futuro decorrente da alteração do indexador, uma vez que esse efeito dependerá da evolução do CDI e do IPCA ao longo do prazo remanescente das obrigações.

© Renova Energia 2026. Todos os direitos reservados.